



UFRRJ

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO- INSTITUTO
MULTIDISCIPLINAR
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E ECONOMIA (DHE)**

**O PROJETO CONSERVADOR: A IMPRENSA *ÁULICA* NA CORTE IMPERIAL
(1828-1831)**

CHRISTIANE PERES PEREIRA

**NOVA IGUAÇU
2010**

CHRISTIANE PERES PEREIRA

**O PROJETO CONSERVADOR: A IMPRENSA *ÁULICA* NA CORTE IMPERIAL
(1828-1831)**

Monografia apresentada ao Programa de Graduação em História do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do Título de Licenciado em História.

Orientador: Marcello Otávio Neri de Campos Basile

**NOVA IGUAÇU
2010**

CHRISTIANE PERES PEREIRA

**O PROJETO CONSERVADOR: A IMPRENSA *ÁULICA* NA CORTE IMPERIAL
(1828-1831)**

**Monografia apresentada ao Programa de
Graduação em História do Instituto
Multidisciplinar da Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a
obtenção do Título de Licenciado em História**

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcello Otávio Neri de Campos Basile (Orientador)

Prof. (a) Dr. (a) Adriana Barreto de Souza

Prof. Dr. Roberto Guedes Ferreira

Resumo

A década de 1820 no Brasil foi marcada pelo surgimento de três grupos políticos: o liberal *moderado*, o liberal *exaltado* e o *áulico*. Em meio às transformações que ocorriam nos *espaços públicos* na Corte Imperial, esses grupos utilizavam a imprensa para difundir suas ideias e persuadir os leitores e ouvintes com suas doutrinas.

Este trabalho tem como objeto a imprensa *áulica* atuante no Rio de Janeiro, entre 1828 e 1831, anos que precederam a Abdicação do imperador d. Pedro I. Com o surgimento dos *moderados*, em 1826, e dos *exaltados*, em 1829, os *áulicos* aparecem na “*esfera pública*” para defender o imperador e o sistema constitucional. Em primeiro lugar, são analisadas a linguagem do grupo e as características principais de cada jornal pesquisado. Em seguida, foi traçado um perfil do grupo baseado na defesa do imperador, e por fim, uma análise do sistema de governo por eles defendido. Neste sentido, podemos caracterizar a atuação dos jornais *áulicos* no período de desmoronamento da política de d. Pedro I.

Palavras-chave: Política; Imprensa; Linguagens;

Agradecimentos

Nesses quatro anos e meio de graduação, tive a oportunidade de conhecer pessoas incríveis, de conquistar amigos e de reconhecer que ninguém consegue chegar a lugar algum sozinho.

Agradeço, primeiramente, a Deus, por ter me dado a oportunidade de seguir por esse caminho. Aos meus pais, Américo e Denise, que me educaram e fizeram de tudo para que eu cursasse uma graduação, agradeço a felicidade e o orgulho que tiveram quando fui aprovada no vestibular, o apoio para seguir a carreira, o cuidado e a preocupação diária na volta para casa, além da dedicação de uma vida inteira. À minha avó, Rosita, agradeço o seu compreensivo amor que me aturou nos momentos mais difíceis desses anos, que foram muitos, à sua dedicação nos finais de semana para que eu pudesse estudar, enfim, por tudo que fez e continua fazendo por mim!

Agradeço ao meu irmão Luis Américo, que em muitos momentos de sufoco me socorreu, como agora, na entrega da monografia. Aos meus primos, Leandro e Daniel, que descobriram que eu tinha passado no vestibular e sempre estiveram dispostos a me ajudar. Agradeço também à compreensão do meu namorado, Leonardo, que durante esses anos, teve que conviver com textos, provas, trabalhos, relatórios... Obrigado pelo carinho!

Não podia esquecer dos meus amigos, que sem eles a minha história seria sem graça! Tata, Bia e Carol, vocês foram o máximo!!! Os trabalhos em grupo e as bagunças do quarteto fantástico serão inesquecíveis! Amigas, vocês estarão para sempre no meu coração! Agradeço ainda à companhia indescritível do Felipe, pelas conversas e idéias que trocamos nas longas voltas para casa.

Por fim quero agradecer ao meu orientador, Marcello Basile, pela oportunidade de ser sua bolsista, pela confiança depositada em mim, pelos diversos relatórios aprovados, pelas críticas pertinentes, pela sua paciência e compreensão. Muito obrigado por tudo!

*Dedico esta monografia aos meus pais e à
minha avó, que foram incansáveis nesta
batalha.*

Sumário

INTRODUÇÃO.....	8
a. Tema e problemática.....	8
b. Debate historiográfico.....	9
c. Justificativa.....	16
d. Quadro teórico.....	16
e. Hipóteses.....	17
f. Tipos de fontes e metodologia de análise.....	18
CAPÍTULO 1 - O grupo <i>áulico</i> e sua linguagem doutrinária.....	20
1.1 Entre censores e imparciais, os Brasileiros.....	24
CAPÍTULO 2 - Perfil do grupo.....	31
2.1 D. Pedro: a legitimidade do trono.....	32
CAPÍTULO 3 - Sistema de governo.....	39
CONCLUSÃO.....	47
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	49
Fontes primárias.....	49
Bibliografia.....	49

INTRODUÇÃO

O objeto desta monografia é a imprensa *áulica*, grupo que defendia o imperador e a monarquia constitucional durante o Primeiro Reinado brasileiro. Esta facção composta, dentre outros, por publicistas, parlamentares, aristocratas, burocratas e comerciantes, defendia um projeto político para o Brasil situado na vertente conservadora do liberalismo. Seus discursos estavam presentes tanto na Câmara dos Deputados, no Senado, no Conselho de Estado e na imprensa. Esta, que exercia papel fundamental na propagação de ideias, transmitia os acontecimentos e as resoluções governamentais, relatando sessões da Câmara e discutindo projetos, o que enriquecia o debate travado entre os divergentes grupos políticos na Corte do Império. Ao analisar a influência dos *áulicos* na nascente imprensa brasileira, procuramos destacar os princípios e valores que norteavam o grupo na defesa do imperador e do governo nos anos que antecederam a Abdicação (1828-1831), especificamente na Corte Imperial (Rio de Janeiro).

a. Tema e problemática

O Primeiro Reinado foi marcado pelo surgimento de projetos políticos para o Brasil, que vinham de encontro com a política de dom Pedro I. O surgimento dos liberais moderados, em 1826, após a reabertura parlamentar, constituiu uma primeira frente de oposição ao governo. Eles defendiam maiores prerrogativas à Câmara dos Deputados e maior autonomia ao Judiciário, limitando os poderes do imperador. Logo depois, em 1829, surgem os liberais exaltados adeptos de um liberalismo mais radical, que pretendiam profundas reformas políticas e sociais, como a instauração da república federativa e o gradual fim da escravidão. Esses dois grupos faziam oposição ao governo e ao imperador, logo aos *áulicos* que os apoiavam.

O embate entre as três facções concentrou-se na Câmara dos Deputados e na imprensa¹. Como principal meio de comunicação, a imprensa do Primeiro Reinado fez difundir uma cultura política até então desconhecida no Brasil. Os debates na Câmara eram levados pelos jornais e panfletos aos espaços públicos de sociabilidades, onde os grupos

¹ CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da, “A Fundação de um Império Liberal: discussão de princípios.”, in HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.), e CAMPOS, Pedro Moacyr (assist.), *História geral da civilização brasileira, t.II - O Brasil monárquico, 1º v. - O Processo de emancipação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

podiam expor suas ideias e ganhar apoio político, fazendo reuniões nas ruas, em locais fechados ou mesmo formando associações. Esses espaços de sociabilidades, como convencionou chamar Marco Morel, surgiram com a divisão das elites políticas após a independência. O conceito utilizado pelo autor é o de *esfera pública*, de J. Habermas. Esta esfera seria um espaço entre iguais pelo uso da palavra. As discussões e os debates travados resultariam na formação de uma opinião pública, sendo esta o alvo dos publicistas do período. Tendo em vista que a formação de uma opinião pública está inteiramente relacionada com a participação política, esta esfera seria um espaço democrático de discussões, mas não tanto entre iguais. Para Morel, diferentemente da política moderna, que deve respeitar a diversidade de opiniões, a cultura política do oitocentos é baseada na *soberania da razão*, a soberania dos capazes, porque os conservadores tendem a uma visão de opinião pública bem delimitada. Esta opinião, que ganhou força política com o crescimento da imprensa e a necessidade de dar publicidade à coisa pública na década de 1820, seria a expressão da prudência, da sabedoria e da razão, frutos de uma modernidade política permeada por práticas de comunicação herdadas do Antigo Regime².

b. Debate historiográfico

A década de 1820 no Brasil é retratada na historiografia como os anos iniciais da formação da nação, período de intensa movimentação em torno da nova ordem, da nova estrutura administrativa e do empreendimento de uma política centralizadora. A historiografia procurou entender o Primeiro Reinado por dois momentos decisivos: a dissolução da Constituinte em 1823 e a outorga da Constituição de 1824, que gerou grandes conflitos político-sociais por todo o território, como a Confederação do Equador, e a Abdicação em 1831, fruto de um processo de desmoronamento da política imperial engendrada pelo então imperador e seus ministros. Neste sentido, cabe ressaltar a análise de Tobias Monteiro, que no final da década de 1930 publica em dois volumes a *História do Império: o Primeiro Reinado*, em que aborda inicialmente, o processo de independência e os primeiros anos de d. Pedro

² MOREL, Marco, *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: HUCITEC, 2005, principalmente pp. 205 a 208. Para traçar um panorama das transformações ocorridas na cidade imperial, o autor cita as práticas do Antigo Regime, as quais se mantiveram com o advento da modernidade política - especificamente com a liberdade da imprensa -, que são as formas de comunicação por gazetas, cartazes impressos ou manuscritos expostos nas ruas, proclamações e leituras em voz alta, entre outras.

como imperador do Brasil. O autor retoma a colonização portuguesa, como “pré-requisito” para o engendramento da independência, ou seja, Portugal já não acompanhava as necessidades brasileiras. O Primeiro Reinado é analisado por meio da figura do imperador, que após a emancipação, teria sido marcada pela imagem de um déspota. A medida autoritária tomada por ele na dissolução da Constituinte, seguido da outorga da Constituição em 1824, definiram o seu reinado. A partir desta decisão, o imperador passa a enfrentar dissidências por todo o território, movimentos como a Confederação do Equador, que contestavam sua autoridade, por não ter dado ao povo brasileiro a devida participação na formulação da constituição, a representação popular³. Além disso, enfatiza os problemas deste reinado quanto às questões de sucessão do trono português. D. Pedro deveria renunciar ao trono luso, o qual lhe rendia diversas acusações no tocante à sua fidelidade em relação ao Brasil. Tendo como objetivo abordar o Primeiro Reinado como um todo, o trabalho de Monteiro relata os fatos políticos, os problemas econômicos, como a falta de moedas e a falência do Banco do Brasil, e os problemas em torno da nacionalidade portuguesa, todos acontecimentos relacionados à atuação governamental do imperador. Ainda relata a vida pessoal de d. Pedro, dando conta da relação com seu irmão d. Miguel, dos seus casamentos, bem como do seu caso amoroso com a marquesa de Santos.

Na década de 1970, Pedro Otávio Carneiro da Cunha em “A Fundação de um Império Liberal: discussão de princípios” artigo publicado na *História geral da civilização brasileira*, explica o Primeiro Reinado pelo embate entre liberalismo e absolutismo⁴. A imagem do imperador, segundo este autor, permanecia associada à figura de seu pai, e a oposição liberal defendia que o Brasil não era absolutista, deslegitimando d. Pedro. A solução seria o juramento prévio da Constituição no modelo liberal, como uma garantia de sua lealdade à nova nação. Ele não faz o juramento e outorga uma outra Constituição, dita duplicadamente liberal, com um quarto e novo poder, o Moderador, que, segundo Cunha, teria rotulado o seu reinado com a insígnia do despotismo. O autor coloca que o problema nativista acirrava os ânimos entre portugueses e brasileiros antilusitanos, pois d. Pedro nunca foi considerado um verdadeiro brasileiro.

A análise de José Murilo de Carvalho em *A construção da Ordem. A elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*, da década de 1970, e a de Ilmar Mattos em

³ MONTEIRO, Tobias do Rêgo, *História do Império: o Primeiro Reinado*. 2 vs. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP, 1982 (2º ed.).

⁴ CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da, *ob. cit.*

O Tempo Saquarema, da década de 1980, são fundamentais para a compreensão da estrutura política e do arcabouço ideológico do Império brasileiro⁵. José Murilo analisa, primeiramente, o corpo burocrático e administrativo instaurado com o reinado de d. Pedro I, articulando a formação dos agentes do poder a suas atuações políticas nas instituições governamentais. Segundo o autor, os protagonistas da construção do novo Estado eram uma elite treinada pelo que considera uma “síndrome”: a educação superior, a educação jurídica e a coimbrã. A formação educacional, portanto, é que teria gerado uma ideologia hegemônica e favorável à manutenção dos privilégios da classe dominante, de uma elite conservadora. Na segunda parte da obra, analisa a relação entre o Estado e a elite por ele formada, a partir do regresso conservador de 1837, enfatizando o processo de acumulação de poder, no qual a elite fortaleceu o Estado e aumentou seu poder de controle social.

A obra *O Tempo Saquerema*, de Ilmar Mattos, analisa o movimento dos agentes econômicos e políticos na composição do Estado pelas relações que travavam entre si. O autor busca no desenvolvimento da economia, proporcionado pela transferência da Corte portuguesa para o país, os fatores preponderantes para a consolidação de uma classe senhorial ativa e com interesses em comum. Essa classe teria se articulado no momento em que se viu ameaçada por grupos de interesses divergentes e teria atentado rapidamente para a necessidade de uma transformação. Aqueles que tinham interesses mercantis em comum, e se expandiram com o estatuto de Reino Unido alcançado pelo país em 1815 buscaram em 1822 defender suas conquistas e obter o “reconhecimento de uma igualdade jurídico-política”⁶, quando da resolução das Cortes de Lisboa em maio do mesmo ano. Esta situação propiciou a unificação dos grupos dominantes a fim de defenderem seus interesses.

A atuação da classe senhorial girava em torno da manutenção dos privilégios concedidos pela Coroa em função da agricultura mercantil-escravista. Segundo Ilmar Mattos, no decorrer do período imperial a elite não agiu de forma integrada simplesmente por ter uma mesma formação e/ou treinamento, criticando José Murilo de Carvalho⁷, mas pelas relações travadas com a Coroa, em que defendiam seus interesses e mantinham a unidade do governo, em troca da superação das desconfianças em relação ao Estado, resultando no consentimento à ação do mesmo e seu fortalecimento. Além disso, essa relação garantiu a integridade

⁵ CARVALHO, José Murilo de, *A construção da Ordem. A elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, 3º edição; e MATTOS, Ilmar Rohlof de, *O tempo Saquarema*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994, 3º edição.

⁶ MATTOS, Ilmar Rohlof de, *ob. cit.*, citação p. 53.

⁷ Ver CARVALHO, José Murilo de, *ob. cit.*

territorial da nação. O objetivo do autor, no decorrer da obra é afirmar que existe todo um aparato ideológico, no qual a sociedade e Estado estão arrolados a um princípio de ordem, em prol de uma estrutura previamente conquistada, a Monarquia Constitucional. O grupo dominante na política imperial, para este autor, era o dos *saquaremas*, hegemônico nas instâncias de poder fluminenses, porque garantiriam as liberdades necessárias à manutenção da ordem e do princípio monárquico. A construção do Estado imperial esteve diretamente relacionada com a constituição da classe senhorial, segundo Mattos.

Já nos anos 1990, Iara Lis Souza, em *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo - 1780-1831*, aborda as representações em torno da monarquia e da imagem de d. Pedro nos espaços públicos. Atenta para o fato da grande aceitação do povo brasileiro diante da declaração de independência por um português, e dos rituais de Aclamação exigidos por todo o território, que anunciavam a adesão e submissão do povo “à *persona* de d. Pedro”⁸. A mentalidade em torno da coroação, retratada no texto da autora, nos permite compreender que este ritual vai muito além do ato de coroar um imperador, mas que pode ser instrumento da manutenção de uma tradição e de legitimação de uma nova ordem.

No tocante à imprensa no Primeiro Reinado, o trabalho de Arnaldo Contier, *Imprensa e Ideologia em São Paulo (1822-1842): matizes do vocabulário político e social*⁹, de 1979, é pioneiro na análise dos discursos proferidos nos jornais, que seriam formadores de uma opinião pública. O autor aborda o desenvolvimento da imprensa paulista no que tange à estruturação do vocabulário político dos agentes sociais, enfocando o período (1827-1842) em que emerge a cultura política via impressos na província de São Paulo. Em dado período, o autor vai pensar os *políticos profissionais* paulistas emergentes e suas formas de expressão, a linguagem com que se comunicam e expõem seu pensamento, relacionando-os com os acontecimentos no seu respectivo tempo. Para Arnaldo Contier, “*o estudo da linguagem associa-se aos acontecimentos históricos segundo princípio de uma correspondência geral*”. Este autor analisa o vocabulário de tais elites a partir da conceituação das palavras, uma vez publicadas nos periódicos. Sua perspectiva é inovadora na pesquisa com jornais, mais precisamente com a análise do vocabulário político da elite paulista.

⁸ SOUZA, Iara Lis Carvalho, *Pátria Coroada - O Brasil como Corpo Político Autônomo 1780-1831*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

⁹ CONTIER, Arnaldo Daraya. *Imprensa e Ideologia em São Paulo (1822-1842): matizes do vocabulário político e social*. Petrópolis: Vozes / Campinas: UNICAMP, 1979.

Ao longo do livro, Contier nos apresenta os significados de palavras-chaves no contexto político da época, comparando-as por meio de jornais paulistas e fluminenses. Nesta perspectiva, o autor chama atenção para o uso da linguagem para persuadir o leitor, tomando como referência o *estilo retórico*, que era empregado com este fim. Dentre as lexias mais frequentes e importantes na propagação de uma ideologia naquele momento, encontram-se nação, pátria, ordem, povo, estado e governo. Sem destinar maior importância a uma ou outra lexia, Contier prefere uma pesquisa qualitativa de todas as lexias que estão inseridas nas ideias dominantes, dedicando parte significativa de seu livro à definição de algumas delas partindo do caráter moralizante que elas possuem. O autor parte da conceituação de antinomias, ou seja, de palavras opostas, que são utilizadas pelos “*codificadores das mensagens das folhas*”¹⁰. As lexias “ordem” e “desordem”, por exemplo, são usadas com o fim de legitimar a permanência ou não de um poder, como no *Farol Paulistano* (1827), que associava ordem à lei, fazendo alusão à Constituição, ao sistema de governo adotado. Já no *Novo Farol Paulistano*, “ordem” estava relacionada ao respeito às leis, enquanto que “desordem” estava associada ao não cumprimento das leis pelos opositores do poder, mas também aos que abusavam da liberdade. Em termos sociais, a lexia “povo” aparece em diversos jornais, como o “*Justiceiro*” e “*O Observador Constitucional*”, associado à ideia de felicidade, às “luzes”, enquanto que seu oposto, “povo infeliz”, logo seria associado ao “despotismo”. O autor analisa ainda termos mais e menos utilizados nos discursos, como “gente” e “classes”. Atenta para os movimentos em 1822 no Brasil, que, como ele próprio diz, havia “necessidade de estruturar-se o aparelho de Estado”. Relatando alguns acontecimentos e analisando os conceitos emitidos neles, como o 7 de abril de 1831 (Abdicação de Pedro I) e a sedição de 1842, o autor conclui que os termos foram utilizados de acordo com a política e com as ideologias predominantes, neste caso, da elite senhorial paulista. A análise sobre o vocabulário utilizado por publicistas paulistas em dado período traz uma perspectiva inovadora na pesquisa com jornais, mais precisamente com o vocabulário político da elite paulista. Contier pensa a correspondência entre os grupos políticos e sua expressão por meio da linguagem com que se comunicam e expõem seu pensamento, relacionando-os com os acontecimentos no seu respectivo tempo.

Gladys Sabina Ribeiro, em sua obra intitulada *A liberdade em construção*, que faz parte de uma historiografia recente, analisa os conflitos em torno da construção de uma

¹⁰ IDEM, *Ibidem*, citações: pp. 17 e 100, respectivamente.

identidade brasileira, dando conta da influência das ideias liberais, vindas da Revolução do Porto de 1820¹¹. Por um viés político-social, chama atenção para a eclosão de grandes conflitos antilusitanos pelo país, a “rixa” entre brasileiros e portugueses. Ela entende o conflito como uma reivindicação do “cidadão”, que se entendia brasileiro, por uma maior participação política, e pelo respeito às especificidades do Brasil. Neste sentido, a autora entende que seria a busca pelo reconhecimento da existência de uma cultura própria do país. Ribeiro deu maior importância do que a historiografia anterior à amplitude do contexto em que se deu essa briga, enfatizando a construção da nacionalidade, de um brasileiro que tentava se afirmar. Ainda assim, valoriza a influência de jornais e panfletos na disseminação de ideias, que acredita ter transformado a mentalidade dos brasileiros.

Por esse mesmo viés de análise enquadra-se o trabalho de Lúcia Neves, *Corcundas e Constitucionais*, em que aborda a influência das ideias liberais da Revolução do Porto na construção da cultura política do Brasil a partir de 1820¹². Tendo como pressuposto que o Brasil estava permeado de valores e princípios característicos de Portugal, a autora relaciona a transferência da Corte e a Revolução do Porto como acontecimentos propícios à formação de um vocabulário político para essa nova cultura. O meio de propagação dessas ideias seriam os panfletos, que podiam ter grande alcance com as novas práticas culturais do país. A linguagem então seria simplificada para que o conteúdo dos panfletos pudesse ser lido para os letrados e todos aqueles que não tivessem acesso a eles. Lúcia Neves entende que há muito mais similitudes entre os dois reinos, que diferenças, afirmando que a emancipação se deu como solução para as reivindicações brasileiras.

Quanto à importância conferida ao Rio de Janeiro em dado período da história brasileira, cabe ressaltar o livro de Maria de Fátima Silva Gouvêa em que apresenta a estrutura econômica, política e administrativa desta Província, valorizando seu arranjo institucional¹³. A autora entende que a economia agro-exportadora unia os principais agentes políticos e econômicos, em um momento de conflitos e tensões ocasionadas pelas resoluções políticas, acreditando que essa união está diretamente relacionada à construção do Estado nacional. Para Gouvêa, a articulação dos grupos de poder implicou em estratégias de barganha

¹¹ RIBEIRO, Gladys Sabina, *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará / FAPERJ, 2003.

¹² NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das, *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan / FAPERJ, 2003.

¹³ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva, *O império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

para evitar quaisquer divergências e dar coesão ao arcabouço ideológico. No entanto, essa formação só foi possível, pelas ações da Coroa em favor da constituição de um grupo dirigente, que desse suporte e legitimasse seu poder. Para isto, toma como pressuposto a hegemonia do grupo fluminense - os saquaremas - que Ilmar Mattos defende em sua obra .

A atuação dos grupos políticos surgidos na segunda metade do Primeiro Reinado, podem ser melhor entendidos com a tese de doutorado do professor Marcello Basile, na qual delinea o perfil das facções políticas, que atuavam na esfera pública no período regencial: *moderados*, *exaltados* e *caramurus*¹⁴. Para tanto, o autor buscou nos discursos dos jornais pertencentes a cada uma das facções, analisando o vocabulário e a linguagem utilizados pelos redatores, destacar os aspectos definidores de seus projetos políticos. A tese divide-se em três partes, cada uma dedicada a um grupo, caracterizando seus membros a partir de um estudo prosopográfico, e demarcando as formas de ação política possíveis para cada facção, como a formação de associações e a reunião por meio de revoltas e festas cívicas¹⁵.

A título de *revisão* sobre o Primeiro Reinado, Gladys Riberio e Vantuil Pereira buscaram refletir sobre as principais questões acerca do período em detrimento das abordagens que o entendem como um “*momento transitório*”. Em “O Primeiro Reinado em revisão”, os autores dividem o período pela ocorrência de “*três ondas políticas*”: a primeira iniciada em 1820 com o triunfo das ideias constitucionalistas até a outorga da Constituição em 1824, a segunda iniciada em 1826 com o aumento dos movimentos de rua e a reabertura do parlamento até 1831, ano que se inicia a terceira onda, a qual se deflagaria com o regresso em 1837. Ao priorizarem a primeira e a segunda ondas, os autores propõem uma análise sobre o período baseada na ampliação dos marcos cronológicos, estendendo o Primeiro Reinado até 1837, e também a mudança de olhar sobre o contexto, sem priorizar os fatos políticos. Os anos iniciais, portanto, são marcados pela intensa participação popular, que em meio às questões constitucionais movimentavam as ruas e posteriormente as galerias da Assembléia Constituinte. No segundo momento, com a reabertura do parlamento, os crescentes conflitos políticos e movimentos de rua, os autores mostram os descontentamentos populares para com as decisões do governo. O clima de indefinição, as insatisfações nas ruas e dentro do próprio Parlamento

¹⁴ BASILE, Marcello, *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: I.F.C.S. – U.F.R.J., 2004.

¹⁵ BASILE, Marcello, *ob. cit.* Segundo o autor, as associações públicas foram instrumentos de ação política destes grupos durante o período regencial, mas também foram importantes na mediação entre os interesses dos cidadãos reunidos nessas entidades e o Estado.

deflagraram uma crise em torno da representação da nação, que findou em 1831 dando início a “terceira e nova onda [...] na corte do Rio de Janeiro”¹⁶.

A historiografia recente tem buscado compreender os acontecimentos da década de 1820 no Brasil pelo viés político-social, analisando a cultura política pela atuação dos grupos, a imprensa como disseminadora de ideias, a congregação de fatores internos e externos e as relações travadas no interior das instâncias de poder. Esta corrente procura relativizar as interpretações, que ficavam restritas a entender o período pela totalidade dos fatos, pelos grandes eixos cronológicos, como o trabalho de Tobias Monteiro.

c. Justificativa

As produções historiográficas sobre a imprensa deste período têm sido direcionadas a dois limites cronológicos, a conjuntura anterior à dissolução da Constituinte e a crise que deságua na Abdicação do imperador. A utilização dos periódicos *áulicos* circulantes entre esses dois momentos traz uma nova dimensão da política desse grupo e o papel que exerceu na sustentação do governo; por isso a sua importância diante de poucos estudos dedicados às facções políticas desses anos intermediários (1824 a 1831). Muitas vezes, esses jornais utilizavam a religião, como meio de persuadir o povo, e a própria Constituição, base de todo o projeto *áulico*. É pertinente que a figura do imperador apareça como a de um salvador para a nação brasileira e a Constituição como única garantia do bem comum. Além disso, esses publicistas utilizavam a crítica a outros periódicos para afirmarem suas opiniões e formularem seus discursos doutrinários. É na análise sistemática desses temas que este trabalho coloca em debate as questões cruciais utilizadas pelo grupo na tentativa de legitimação e defesa do governo, o que o torna relevante para a compreensão do projeto *áulico* no contexto em que se insere.

d. Quadro teórico

O conceito de “esfera pública” como *um espaço entre iguais pelo uso da palavra* de Jurgen Habermas, é o ponto de partida para compreensão das manifestações públicas conduzidas pela imprensa no contexto político do Primeiro Reinado. A “esfera pública”

¹⁶ IDEM, *Ibidem*, p. 165.

como um espaço de debates políticos surge no Brasil a partir dos anos de 1820. O modelo habermasiano não se aplica de todo à análise desse espaço na recente nação, na medida em que este autor pensa essa esfera como um “*órgão de automediação da sociedade burguesa com um poder estatal*” no âmbito da “*evolução*” da burguesia inglesa do final do século XVIII e início do XIX.. Entretanto, pensar essa *esfera* como um espaço formado pelo interesse de um grupo de ter influência nas decisões do governo, e que para isso apelam para a opinião pública, é corretamente aplicável à realidade brasileira do oitocentos. Essa esfera foi impulsionada pela divisão das elites políticas no início dos anos de 1820, porque esteve diretamente ligada à formação de grupos e partidos, segundo Marco Morel. Este autor, valendo-se do conceito de *esfera pública* de Habermas, de um espaço intermediário entre a sociedade civil e o Estado, percebe que a sociedade passou a discutir questões de ordem política, econômica e social, independentemente do Estado. Mas, como afirma Morel era para este último que se dirigiram a maioria dos debates. É tido como democrático por ser um espaço de discussão, mas não tanto entre iguais. Desse modo, a “esfera pública” que nos referimos é a esfera política, em que os indivíduos providos de razão interagem e se manifestam formando uma opinião pública¹⁷. Esse conceito permite ampliar a visão sobre a participação da imprensa na divulgação de projetos políticos, bem como na promoção de nomes para o cenário do Governo.

e. Hipóteses

As duas hipóteses que norteiam este trabalho são direcionadas a dois âmbitos mais gerais: a esfera pública de atuação da imprensa áulica e o contexto de “deposição moral do imperador que resultou na Abdicação:

A primeira hipótese é a de que os jornais *áulicos* atuaram como sustentáculos do governo de d. Pedro na esfera pública da Corte até sua Abdicação;

A segunda hipótese é a de que o discurso *áulico* fortaleceu e legitimou as instâncias de poder ao longo do Império, visto que a estrutura governamental defendida por eles resistiu mesmo com a Abdicação do imperador.

¹⁷ HABERMAS, Jurgen, *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

f. Tipos de fontes e metodologia de análise

Para a análise do vocabulário dos publicistas áulicos a pesquisa propôs a leitura dos jornais identificados como defensores do imperador, além da leitura de uma bibliografia comum ao tema. A partir da seleção de temas tratados nos jornais, passa-se à sistematização dos dados coletados tendo como pressupostos as ideias que expressam o projeto áulico. A pesquisa de quatro periódicos áulicos, já realizada na íntegra, reúne as principais fontes primárias necessárias para a elaboração da monografia., são eles: *O Censor Brasileiro* de 1828, *O Patriota Brasileiro* e *O Brasileiro Imparcial* de 1830, *O Novo Censor* e *O Novo Brasileiro Imparcial* de 1831.

Procurarei analisar o conteúdo do texto dos jornais como produtores de um discurso político e formador de uma opinião pública. Para tanto as contribuições de Quentin Skinner e John Pocock sobre o estudo da linguagem como elemento fundamental na compreensão dos contextos históricos originais, orientam a análise dos jornais em questão. Skinner e Pocock dedicaram-se ao estudo do pensamento político moderno propondo uma revisão na maneira como era construída a história dos grandes autores, dos seus textos e dos conceitos de uma outra época.

O método de Skinner consiste na análise dos vocabulários utilizados nos textos políticos como forma de apreender o contexto histórico em que foram escritos. O autor ressalta que para isto é necessário um conhecimento prévio do autor, da sociedade em que esta inserido e dos questionamentos de sua época. O método de Pocock, vem complementar Skinner, na medida em que seu foco é a linguagem. Pocock acredita que em um contexto histórico podem coexistir diversas linguagens políticas, e que estas podem ser apreendidas, de diversas maneiras, pela identificação dos vocabulários existentes nos discursos. Os dois autores propõe a análise do texto no seu contexto, levando em consideração a variabilidade do significado dos vocábulos, que vai depender tanto de sua autoria como do contexto em que se inserem.

A utilização dos métodos de Skinner e Pocock na análise dos jornais tem o objetivo de esclarecer os discursos neles proferidos, mediante a compreensão das linguagens utilizadas pelos redatores em dado contexto. Entretanto, esta análise será corroborada pela

identificação de possíveis variações nas linguagens apresentadas por tais redatores, como a utilização do estilo retórico nos discursos políticos, comum aos jornais oitocentistas¹⁸.

¹⁸ CARVALHO, José Murilo de, “História Intelectual do Brasil: a retórica como chave de leitura”, in *Topoi: revista de história*, nº 1. Rio de Janeiro: 7 Letras, setembro de 2000.

1. O grupo *áulico* e sua linguagem doutrinária

A imprensa *áulica* atuante na Corte no Primeiro Reinado era composta por, pelo menos, quatorze jornais: *O Analista*, *Diário do Governo / Diario Fluminense*, *A Estrela Brasileira*, *Gazeta do Brasil*, *O Grito da Razão na Corte do Rio de Janeiro*, *Honra do Brasil Desafrentada de Insultos da Astréa Expadaxina*, *O Moderador*, *O Spectador Brasileiro: Diario Politico, Litterario e Commercial*, *Triumpho da Legitimidade*, *O Censor Brasileiro*, *O Patriota Brasileiro*, *O Novo Brasileiro Imparcial*, *O Brasileiro Imparcial* e *O Novo Censor*. Essas publicações circularam, mais especificamente, entre os anos de 1824 e 1831. A duração desses periódicos variavam muito, podendo ser de alguns números ou de publicações semanais que duravam meses, tendo apenas duas exceções: o *Diario do Governo*, depois *Diario Fluminense*, publicado durante dez anos, e *O Spectador Brasileiro*, com duração de cerca de três anos. O jornais analisados aqui se limitam aos anos finais do reinado de d. Pedro I, sendo *O Censor Brasileiro* de 1828, *O Patriota Brasileiro* e *O Brasileiro Imparcial* de 1830, *O Novo Censor* e *O Novo Brasileiro Imparcial* de 1831.

Como defensores de um mesmo projeto para o Brasil e atentos aos acontecimentos da época, esses jornais partilharam também uma forma doutrinária de se expressar. Admitiam para si a função social de instruir, exemplificada no editorial de abertura d'*O Censor Brasileiro*:

Dous são os caminhos unicos que levão as nações ao estado de opinião publica, que he para dezejar: a educação, e os periodicos; porque só por estes dous conductos podem os Póvos aprender a conhecer, e entender a expansão, e os limites dos seus direitos, e os verdadeiros, e solidos principios de ordem, moderação, e justiça, sem o conhecimento, e pratica dos quaes a ley nunca será executada: o Governo não terá a firmeza, energia, e força, de que necessita, a moral publica será depravada, e os direitos individuaes do Cidadão estarão sempre em perigo de serem offendidos impunemente.¹⁹

E também na epígrafe d'*O Patriota Brasileiro*, extraída das *Aplicações de moral e politica*, do escritor francês Joseph-Droz: “*Para garantirmos a tranquilidade dos Povos*

¹⁹ *O Censor Brasileiro*, nº 1, 02/04/1828. Em todas as citações, será mantida a grafia original dos jornais.

*procuremos o meio mais seguro; procuremolo na doutrina dos deveres...que tem por fim a melhorar a sorte dos homens, e por meio, propagar a moral e a industria*²⁰.

Nos editoriais de abertura, os jornais oitocentistas em geral prometiam seguir as *regras do decoro*, manter uma postura, uma posição de equilíbrio, como afirma José Murilo de Carvalho²¹. Os periódicos *áulicos* também fazem tal “promessa” nos seus números iniciais, como na terceira edição d’*O Novo Brasileiro Imparcial*:

A nossa linguagem he tosca sobre maneira , e nem póde ser pior a nossa frazeologia; a nossa penna porém escrevendo unicamente o que dicta huma razão solida, despida de caprixos, e nua de prejuizos, fará conhecer a nossos Concidadãos, que não he o interesse, nem o espirito de partido quem nos instiga a escrivinhar, mas sim o amôr da Ordem, e o dezejo da utilidade publica.²²

Já *O Censor Brasileiro*, também no seu número 3,

propoz-se a combater com igual força o absolutismo e o liberalismo exaltado, e he só por esta forma que elle pretende provar a sua verdadeira constitucionalidade, e amor pelo bem publico. Quanto a huma guerra de personalidades, em que a *Ástrea* parece desde já querer envolver-nos, positivamente declaramos, que nos temos impostos a lei de a evitar, o mais que for possível. O character pessoal, e a vida particular dos Escriptores não interessam a pessoa alguma; nem elles devem responsabilidade ao publico senão das opiniões, e das doutrinas, que professão.²³

Não obstante sua postura inicial, a suposta neutralidade vai sendo substituída nos números seguintes por ataques pessoais, críticas diretas à seus opositores e censuras às atitudes contrárias à ordem.

O vocabulário encontrado em seus jornais é rico em expressões de cunho moral, demonstrando sua repulsa às doutrinas *subversivas*. Fica claro compreender que a postura desses periódicos, bem como a de seus opositores, insere-se no contexto da crise política e

²⁰ *O Patriota Brasileiro*, n° 1, 16/05/1830.

²¹ CARVALHO, José Murilo de, *ob. cit.*

²² *O Novo Brasileiro Imparcial*, n° 3, 24/03/1831.

²³ *O Censor Brasileiro*, n° 3, 11/04/1828.

econômica que se encontrava o Brasil no Primeiro Reinado. O imperador, diante da morte de seu pai em 1826, passou a enfrentar problemas com a sucessão do trono luso e a consequente abdicação deste em prol de sua filha d. Maria da Glória, Maria II de Portugal. A nação brasileira, ainda em luta na onerosa Guerra da Cisplatina, enfrentava dificuldades econômicas, a falta e a grande falsificação de moedas, a falência do Banco do Brasil em 1829 e a ebulição dos ânimos perpetrada pela oposição no âmbito parlamentar e na imprensa. Na Câmara dos Deputados, a oposição ganhava força e passou a fazer frente aos “abusos de poder” de d. Pedro e à sua intransigência na “marcha da administração”. Foi um momento de crise do reinado do imperador, que tentava restringir cada vez mais a atuação parlamentar. A insatisfação dos brasileiros pôde ser vista pelo próprio d. Pedro, que, ao voltar de Minas Gerais em março de 1831 - uma visita desalentadora, como afirma Isabel Lustosa -, foi recebido por brasileiros com vivas à federação²⁴. Poucos dias antes, brasileiros e portugueses haviam protagonizado tumultos na Corte, episódio conhecido como *As Noites das Garrafadas*. Comparados ao movimento do início dos anos de 1820 que findou na Independência, Gladys Sabina Ribeiro considera que estes dias de conflitos foram a expressão dos populares por maior participação e até mesmo pela derrubada do governo. Segundo a autora, este movimento representou a busca dos brasileiros por uma identidade nacional - inteiramente ligada à presença dos portugueses na cidade -, marcada por um antilusitanismo exacerbado. Este sentimento, dito patriótico pela autora, é caracterizado como uma forma de luta pela liberdade, a qual estava em jogo a participação política, os meios para exercê-la, e a “demolição de um símbolo de poder, opressão e exclusivismo senhoriais”²⁵.

Podemos encontrar expressões como: *deveres, autoridade, princípios, vontade geral, representantes, felicidade, Povo, instituições liberais e salvação política*, referindo-se ao sistema constitucional e aos benefícios que trouxe para a nação brasileira. São estas palavras que, ao serem mencionadas para designar e/ou explicar a adoção do sistema, foram objetos dos publicistas para persuadir o público e subsidiar uma argumentação contra todas as outras formas de governo defendidas por correntes políticas opositoras. A Constituição do Brasil como *salvação política* e como garantia de *felicidade* foram atribuições utilizadas a fim de exaltar os aspectos positivos da sua outorga, de modo a observar que foi o único sistema

²⁴ LUSTOSA, Isabel, *D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. A autora analisa o contexto de “deposição moral” do imperador narrando o episódio da Noite das Garrafadas, ocorrida em março de 1831, e seus desfechos mostrando a desordem da cidade e a hostilidade dos brasileiros em relação à d. Pedro I, especificamente na parte 8, capítulo 6, pp. 295-297. Citação da página 298.

²⁵ RIBEIRO, Gladys, *ob. cit.*, especificamente a introdução, p. 19; e o capítulo 3, p. 279.

capaz de salvar a pátria do despotismo e de trazer o bem estar à nação. Como *vontade geral*, a constituição é um sistema apoiado pelo *Povo*, portanto por ele consentida. Caso haja alguma “*dissidência hostil*”, a *autoridade* exerce o papel de um “*amigo pacífico, que julga a favor de quem tem razão...*”²⁶. Os elogios e demonstrações de admiração a d. Pedro são comuns nestes periódicos, já que os *áulicos* possuem uma relação de lealdade para com a “*Pessoa Inviolável, e sagrada do Imperador*”²⁷. Isto se reflete em uma linguagem um tanto quanto rebuscada, buscando incrementar seu discurso com elementos moralistas, tais como “*o Augusto Character da franqueza, dignidade, e convicção, com que foi Pronunciado, apresenta reunidos no seu todo os sagrados principios da justiça, da verdade, da sabedoria, e da mais apurada Constitucionalidade*”, ao relatar *O Censor Brasileiro* o “*magnifico Discurso*” do imperador. E o que se pode observar no trecho transcrito acima é que, como pessoa *sagrada*, todas as palavras que se referem ao imperador estão cheias de valores religiosos herdados da sociedade de Antigo Regime, vivenciada, principalmente, após a transferência da Corte portuguesa em 1808. De acordo com o jornal *O Patriota Brasileiro*, d. Pedro, “*hum Defensor Perpetuo, e Imperador Constitucional*” está “*à par das luzes do seculo*” e é nele que “*o Brazil tem posto as suas bem fundadas esperanças*”. Por isso, somente quando os deveres dos brasileiros forem cumpridos religiosamente é que a nação será capaz de “*bem prosperar, e fazer felizes os Brasileiros*”. Deste modo, o tema da constitucionalidade se faz presente nas relações sociais dos *Cidadãos*, estes que são *bons patriotas*, uns mais instruídos outros menos, que devem ter um bom desempenho no cumprimento de seus *deveres constitucionais* para alcançarem a “*verdadeira e completa felicidade*”²⁸.

A linguagem utilizada pelos jornais *áulicos* revela um relativo nível de instrução dos seus publicistas, o que indica certa despreocupação do grupo em popularizar suas folhas e mesmo de persuadir um público maior. Diferentemente dos panfletos, que circulavam a época da Independência, os quais, segundo Lúcia Neves, buscavam alcançar não só a elite letrada da população, mas também um outro público, o chamado “*virtual*”²⁹. Este público, composto pelas camadas de baixa condição social, que só participavam da vida política pela oralidade, eram os que ouviam nos espaços públicos a leitura de jornais e panfletos. Por outro lado, os letrados constituíam o público “*ideal*”, composto por cidadãos ativos, que eram homens de

²⁶ *O Censor Brasileiro*, n° 4, 15 de abril de 1828.

²⁷ *O Censor Brasileiro*, n° 12, 13 de maio de 1828.

²⁸ *O Patriota Brasileiro*, n° 1, 16/05/1830.

²⁹ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das, *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan / FAPERJ, 2003. Capítulo II.

“mérito”, instruídos, donos de terras, com direitos políticos e civis. O uso de uma linguagem mais direta ao público é uma das características da linguagem dos jornais *exaltados*, donos de um discurso “virulento” e “arreatado”, como afirma Marcello Basile.

Aproveitamos o ensejo dado por tais citações para passar a uma análise mais apurada dos jornais em questão e de suas principais propostas.

1.1. Entre censores e imparciais, os Brasileiros

O Censor Brasileiro foi um grande defensor da pátria e do constitucionalismo. Publicado no ano de 1828, de 1º de abril a 27 de junho, totaliza 23 números e um suplemento. Na sua epígrafe destaca o objetivo da publicação: “*Escrevo levado de interesse que deve animar a todos de ver meus Concidadãos Obedecer á Ley, respeitar a moral publica, e resistir á oppressão*”. Em seu editorial de abertura, defende a liberdade como “*hum direito inauférivel*”, considera a imprensa periódica como um “*alimento politico*” de que “*o Brasil recém-entrado na carreira Constitucional não está ainda assaz abastecido*” e ainda promete dedicar-se a “*Lêr hum relatorio fiel das rasões da Gazeta da Opposição, e da Ministerial, que offereça em rezultado huma opinião imparcial entre os dous partidos censurando os Actos do Governo quando elles o merecerem, e combatendo em sua defeza, as invectivas da opposição quando estas forem injustas;*”. *O Censor* afirma também que não há folhas constitucionais na Corte, referindo-se aos jornais moderados: *Astréa* e *Aurora Fluminense*; e aos jornais *Echo* e o *Espelho Diamantino*. Segundo *O Censor Brasileiro*, a “*Astréa quer ter o nome de papel da opposição*”, mas que “*há muito tempo porém que abandonou o importante e honrosa tarefa de analisar e, censurar os Actos da Administração entregando-se a polemicas odiosas, traducções regicidas, proprias só de quem quer preparar huma revolução*”; já sobre a *Aurora*, não pode inferir, porque “*Até agora não se póde bem advinhar o fim á que a Aurora se dirige, e parece que ella mesma ainda o não conhece bem*”; o *Echo* “*contém todavia luminosos principios; não he servil, nem demagogo; mas apezar disto he mais objecto de luxo da liberdade da Imprensa do que de utilidade publica*”; e por fim, o *Espelho Diamantino* “*que he corcunda de capello*”. Por não considerar nenhuma das publicações dedicadas à defesa da Constituição, iniciaram esta, assegurando a seus leitores

uma “*linguagem verdadeiramente Constitucional*”. Além disso, promete materias sobre “*direito Publico, de Politica, Legislação, Administração, e Moral*”³⁰.

Desejoso de conduzir seus leitores na formação de uma opinião pública, *O Censor* termina seu primeiro número afirmando que seus redatores ficariam felizes “*se os nossos trabalhos poderem arreigar na nossa Patria o respeito á ley, e o amor á Constituição, e ao Imperador*”.

O Censor Brasileiro acredita que a liberdade de imprensa é o direito político mais importante que a Constituição garantiu aos Brasileiros:

De todos os direitos politicos, que a Constituição assegurou aos Cidadãos Brasileiros, nenhum he sem duvida mais importante do que a faculdade de – poder comunicar os seus pensamentos por palavras, escriptos, e publica-los pela imprensa, sem dependencia de censura; com tanto que hajão de responder pelos abusos que cometerem no exercicio deste direito, nos casos, e pela forma que a ley determinar.-

Entretanto, não deixa de destacar sua posição contrária ao abuso da liberdade e adverte: deve-se ter respeito à moral publica e obediência às leis, pois acredita que por si só essa liberdade é insuficiente, diferentemente da opinião dos demais liberais, para os quais esta é garantia de todas as outras liberdades. Repreende cada oposição e ofensa feitas à Dignidade Nacional e a mantém ileso de qualquer censura, evidenciando seu patriotismo. No seu número 4, ao criticar a *Aurora Fluminense*³¹, *O Censor* explica a posição dos *áulicos* quanto à liberdade de imprensa, por meio do tema da censura prévia, que seria para eles “*hum mal quimerico*”, mas que o mal que mais deveriam atacar no momento era o do abuso de tal liberdade, como já dito acima³². Consideravam este como pior que a censura, podendo ser “*mais danoso*” que a mesma. No número seguinte, o jornal continua afirmando não ser contra a liberdade de imprensa e que até reconhecem-na como “*hum bem que temos já adquirido; he huma vitoria pela qual já contamos...*”, e também justifica o fato de não publicar artigos sobre o assunto

³⁰ *O Censor Brasileiro*, nº 1, 01/04/1828.

³¹ *A Aurora Fluminense* foi o principal jornal moderado que circulou do Rio de Janeiro entre os anos de 1827 a 1835. Ver, BASILE, Marcello, *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: I.F.C.S. – U.F.R.J., 2004.

³² *O Censor Brasileiro*, nº 4, 15/04/1828.

por ser tema “já tão usado”. Assim, buscou informar seus leitores sobre as leis e sobre seus direitos, que, uma vez assegurados, evitariam maiores abusos, recomendando a moderação.

Em todas as edições seguintes, faz críticas aos jornais circulantes na época, respondendo aos insultos e acusações, corrigindo-os e mesmo ironizando a posição de cada um deles, e acredita que é o mais correto dentre todos os outros. Cada crítica contém sua justificativa pautada na ordem do sistema vigente, respeitando todas as prerrogativas do mesmo. Os jornais criticados são, na maioria das vezes, a *Aurora Fluminense*, a *Astréa*, o *Espelho*, o *Echo*, o *Rio Herald*, o *Conciliador*, o *Farol Paulistano*, o *Courrier du Bresil*, e o *Honra do Brasil Desafrentada de Insultos da Astréa Expadaxina*. Estes são atacados sempre que supostamente desonram o país, o sistema e o Imperador, atingindo esse “fiel” defensor da Pátria, ou mesmo quando é ele próprio o atacado. Sempre procura corrigi-los, caso suas notícias sejam inverídicas ou mal publicadas. Considera-se censor, porque toma a liberdade de censurar, com isso, de valorizar ou menosprezar qualquer periódico de acordo com seu merecimento.

Em seu único número disponível no Arquivo Nacional, o jornal *O Patriota Brasileiro* é caracterizado como áulico pela sua explícita defesa à Constituição e ao Imperador d. Pedro I. Publicado no dia 16 de maio de 1830 pela *Typographia Imperial de E. Seignot Plancher*, aposta em uma dada estratégia: circular duas vezes por semana, aos domingos, por ser dia de repouso, e às quintas-feiras, quando os estudantes estariam menos atarefados. Sua epígrafe, citada anteriormente, mostra que o objetivo da publicação é doutrinar para garantir a ordem, propagando a moral e a indústria.

Ao longo de sua trajetória, o jornal explicita suas intenções, mostra seu caráter conservador e seus princípios. Há uma forte influência religiosa, verificada quando menciona a existência de um “*Ser Supremo*”, que rege todos os cidadãos e que esses tem deveres a cumprir com tal “*Creador*”. Além disso, mostra-se disposto a alcançar uma felicidade plena para si e para toda a nação, mas para isso adverte que “*só no exacto cumprimento dos seus deveres, he que o homem póde achar a sua verdadeira e completa felicidade [...]*”.

É a partir das questões acima citadas - a defesa ao imperador, a adesão a Constituição, a tradição religiosa e a preocupação com a moral - que o jornal vai justificando e tornando relevante a sua circulação. Além disso, dedica parte de suas folhas à direção do espírito das mulheres, reconhecendo nelas esclarecimento e que é a mulher quem “*faz infallivelmente a fortuna das Nações*”.

Com o intuito de fazer uma crítica à juventude estrangeira de Paris e Londres que chegava ao Brasil, o jornal mostra, por meio de uma anedota, uma semelhança física desses estudantes com Judas, o traidor de Jesus na religião católica. Faz-se, então, uma comparação ao traidor para justificar sua posição quanto à mentalidade daqueles jovens, acusando-os de serem movidos por paixões e caprichos, e os condena.

Um outro assunto tratado no jornal é a imagem do Brasil internacionalmente. A questão dos homens livres, as suas liberdades, é questionada na última frase do número: “*terra de azylo para todo o homem livre?!?*”, justificando seu caráter conservador e afirmando seus princípios.

O *Brasileiro Imparcial* circulou na Corte do Império de janeiro a dezembro de 1830, totalizando 104 números, impressos na Typographia do Diario. Desse total foram pesquisados 102, pois, no acervo da Biblioteca Nacional, faltam os números 2 e 72. Dentre os cinco jornais pesquisados apenas este tem seu redator identificado, o comerciante português Joaquim José da Silva Maia. Este chegou ao Brasil em 1796, estabeleceu-se na Bahia e somente a 9 de julho de 1811 se matriculou na Real Junta do Comércio do Rio de Janeiro. Silva Maia também ocupou o cargo de procurador da Câmara, quando emergiu o movimento constitucional em Salvador³³. Nesta cidade, publicou dois jornais entre os anos de 1821 e 1823: *Semanário Cívico*, considerado “*símbolo maior da chamada imprensa áulica*”³⁴ pelos jornais do Rio de Janeiro da mesma época, idéia que Maria Beatriz vai desconstruir ao longo do seu livro, e a *Sentinela Baiense*. Por estes periódicos, Silva Maia analisa o movimento constitucionalista, defende seus interesses como comerciante e a união entre Brasil e Portugal. O publicista volta para Portugal em 1823, redige *O Imparcial* por dois anos e retorna ao Brasil, quando publica *O Brasileiro Imparcial*. Inicia sua publicação fazendo referência ao que o Brasil, em 1822, se tornara: uma nação independente. A partir desta referência o jornal vai apresentar sua opinião aos leitores por meio de argumentos consubstanciados em exemplos próximos. O periódico exalta o sistema de governo representativo, dando ao imperador o mérito por tal conquista e ainda considerando necessário votos de amor e respeito a ele, o “*Magnanimo Monarcha que promoveo tantos bens, e com tão pequenos sacrificios relativos e grandeza do objecto que adquirio*”³⁵. O periódico caracteriza-se pela defesa do Imperador e do sistema constitucional, enfatizando a necessidade de reformas no governo

³³ SILVA, Maria Betriz Nizza da, *Semanário Cívico. Bahia, 1821 - 1823*. Salvador: EDUFBA, 2008.

³⁴ IDEM, Ibidem. Ver prefácio da obra, escrito por Isabel Lustosa.

³⁵ *O Brasileiro Imparcial*, nº 1, 02/01/1830.

brasileiro, reformas que estruturariam melhor a economia, a política pública e a própria auto-estima do país, de forma a dar *energia e força*, como ele mesmo diz, ao governo constitucional. Além de chamar atenção para a necessidade de serem organizadas novas leis.

O imparcial está apenas no nome, se nos determos à característica principal dos áulicos; porém, demonstra estar muito informado sobre a situação do seu país, o que lhe permite avaliar e perceber a necessidade de mudanças dentro do próprio governo. Como os outros periódicos, toma pra si a função de doutrinar os brasileiros. Este objetivo está explícito na sua epígrafe, quando desqualifica a existência de partidos e se coloca como transmissor da razão: “*Longe de servir a este, ou áquelle partido, fallando-lhe a lingoagem das paixões, a todos fallaremos a lingoagem da razão.*”³⁶ A situação de desconfiança dos estrangeiros pelo Brasil, refletida na economia, era o grande mal que *O Brasileiro Imparcial* invocava a destruição. Mas, advertia: “*não queremos inculcar por isso que se deve ferir a liberdade de imprensa, ella he o verdadeiro paladio de liberdade constitucional, porém que as Leis somente punão, e ninguem mais.*”, se referindo aos “*ignobeis escriptores*”, que “*perpetuão as rixas, e a divizão na sociedade*”³⁷. O termo *ignobeis* aparece algumas vezes no jornal, destacando o quanto *O Brasileiro Imparcial* desconsidera os publicistas representantes da oposição. No número seguinte, além de culpar moderados e exaltados, o jornal apontou como motivo ainda maior de tamanho descrédito os *Governantes e governados*, que não se uniram “*em hum só corpo, e em hum só espirito no Governo Constitucional*”.

O jornal *O Novo Censor* circulou entre os dias 5 de fevereiro a 30 de março de 1831, com uma periodicidade irregular e redator desconhecido. No acervo da Biblioteca Nacional falta o número 11, de um total de 12 números publicados e um suplemento, todos impressos na Typographia de Gueffier E C^a com esta epígrafe: “*UNIÃO E TRANQUILIDADE. ‘Batio, cum ratione, confligat. Peleje a razão, e não o clamor.’*” Logo em seu primeiro número, aborda a questão da liberdade de imprensa para mostrar sua opinião:

“He huma proposição de pura evidencia, que a Liberdade de Imprensa está conhecida no mundo social pelo meio mais poderoso de se pulirem os costumes, e promoverem todas aquellas virtudes, que constituem o Cidadão benemérito do Soberano, e da Patria; porem huma vez menoscabadas as regras do decoro, que

³⁶ *O Brasileiro Imparcial*, n° 02/01/1830.

³⁷ *O Brasileiro Imparcial*, n° 3, 09/01/1830.

devem dirigir todo o Jornalista, então ella se torna em hum instrumento de discórdia, de desgraça, do sangue, e da morte!”³⁸

Assim, acredita ser “*O Jury [...] á causa de grandes males*”, por amenizar a punição dos que abusam da lei da liberdade de imprensa, absolvendo “*escriptos revolucionarios*” que menoscabam a lei. Os publicistas de tais escritos são considerados como “*incendiarios*”, e a crítica a eles convém pela proteção dos *Cidadãos*: “*á vista de tantos revolucionarios, ladrões, e matadores, a vida do Cidadão não está segura*”. Os cidadãos, portanto, constituem o “*Publico erudito*”, *que pelejam com a razão*, “*Leitores, honrados Brasileiros*”, e os oposicionistas são os “*tão infames e equinios agentes, e escribas de hum club desorganizador*”³⁹.

Sobre o *Novo Brasileiro Imparcial*, jornal publicado no ano de 1831, encontramos poucas informações, mas relevantes para a análise do periódico. Desde a sua epígrafe “*A resposta branda quebra a ira: a palavra dura suscita o furor*” Prov. 2. CAP. 15. verificamos a tentativa de se manter imparcial nos seus textos, porém, não deixa de fazer críticas aos jornais, cujas publicações são por ele consideradas impróprias, ou mesmo inexatas. O jornal é classificado como *áulico*, porque faz a defesa da Constituição acima de tudo, do governo e das suas instituições. Aborda a questão dos brasileiros adotivos e portugueses residentes no Brasil, criticando tudo que se tem dito sobre eles nos outros jornais.

Mesmo que tenhamos apenas um de seus números, somente disponível o número três, podemos analisá-lo pelos assuntos publicados: a crítica ao modo como os jornais, principalmente, o *exaltado O Republico*, e o *áulico O Novo Censor*, escrevem sobre “*acontecimentos das noites dos dias 13 e 14 do corrente mez*” (as Noites das Garrafadas), em que portugueses e brasileiros adotivos estariam envolvidos com a algazarra desses dias na rua da Quitanda e adjacências. De fato, *O Novo Brasileiro Imparcial* não nega a presença de alguns, aqui bens instalados, promovendo tal distúrbio, mas assinala “*só forão alguns caixeiros, e criados de servir da rua da Quitanda, e alguns outros de igual, ou menor estôfa*”.

O jornal ainda defende os portugueses, brasileiros adotivos, acusados pelo *Republico*, pela falta de interesse deles na desordem, sendo

aqui estabelecidos com negocios, estes, homens sizudos, homens de

³⁸ *O Novo censor*, n°1, 05/02/1831.

³⁹ *O Novo Censor*, n° 2, 12 /02/1830.

bem, bons cidadãos, cazados, e os que tem filhos, e familias de que cuidarem, podendo asseverar, que nenhum lá se achou, nem mesmo he de se presumir, que louvassem similhante desordem, por quanto podendo-se d'ella originar hum tumulto geral na cidade, vião esses bons homens as suas fortunas, as suas vidas, e as suas familias ameassadas.

Não acredita que pessoas que apoiaram a Independência, que apostaram na causa do Brasil, pudessem estar envolvidas no tumulto. Também não acredita estar a Polícia, a mando do governo, defendendo os tumultuosos, porque, segundo *O Novo Brasileiro Imparcial*, há relatos de pessoas que estavam ali presentes e que “*assegurão, que a Polícia só tractava de apaziguar o barulho, e nem mesmo he crível, que o nosso Governo auxiliasse qualquer dos dois partidos*”.

A critica também segue para o jornal *O Novo Censor*, quando este generaliza os “*insitantes, e os insitados*”, dando aos “*Brasileiros atacados o character de sedicciosos, e revoltozos*”, misturando brancos, negros, cativos e oficiais do 2º Corpo de Artilharia.

Aproveita ainda a ocasião para mencionar a ação dos insurgentes que obrigavam alguns brasileiros a tirarem o laço nacional do chapéu, ou qualquer outro laço, mesmo identificado como de oposição ao governo, para inferir que pertence apenas ao governo “*o pronto castigo de hum tal attentado, todos temos o direito de accuzar, e de pedir a punição deste crime; mas ninguem excepto o Governo, tem authoridade, e poder de castigar a este, ou áquelle revoltozo;*”. E ainda recomenda aos brasileiros: “*UNIAM E TRANQUILIDADE*”, uma alusão irônica à epígrafe d’*O Novo Censor*.

O Novo Brasileiro Imparcial pretende ser, sem negar seu nome, imparcial frente à imprensa e ao que não presencia ou não sabe, propondo “*á conciliação de todos os nossos Irmãos n’hum só centro; e havendo protestado Constituição, e nada mais, Constituição, e nada menos, estamos intimamente convencidos de que não podemos dezafiar o odio, nem a inimizade de alguém, por a publicação de nossas idéias.*”. E é exatamente essa postura que se percebe neste único número, de combater apenas o que não se enquadrar às suas ideias, prezando o respeito e até veneração “*como cumpre á todos reciprocamente na Sociedade*”, quando lhe é óbvia a oposição ao que considera como correto e próprio.

2. Perfil do grupo

Os publicistas *áulicos* não são absolutistas e muito menos radicais. Diferentemente dos *liberais moderados*, que pretendiam reformas político-institucionais propondo a diminuição dos poderes de d. Pedro I, e dos *liberais exaltados*, que defendiam reformas radicais, como a instauração da República, o federalismo e a *Soberania do Povo* de influência rousseauiana - a alienação de todos os direitos em prol da vontade geral, a vontade do povo, os *áulicos* defendiam a ordem vigente, o sistema constitucional e todas as prerrogativas do mesmo⁴⁰. *Moderados* e *exaltados* propunham mudanças, radicais ou não, que os *áulicos* buscaram de toda forma combater. Como publicistas e intelectuais que apoiavam, defendiam e glorificavam a pessoa do imperador, justificando todos os atos de seu governo com o fito de legitimar o representante nacional, atuaram como propagadores de um conservadorismo com bases na teoria de Edmund Burke. Seguindo o pensamento deste filósofo - Burke, influenciado pelas ideias liberais, defendeu um conservadorismo reformador -, os *áulicos* acreditavam que as instituições permanecem, sobrevivem e se aperfeiçoam, favoráveis somente a reformas graduais e com referências no passado.

Este grupo fazia questão de enfatizar seu pertencimento à nação brasileira, sendo este o ponto de partida para a análise da opinião que eles propagavam em seus jornais. Eles buscavam tornar público um projeto político para o Brasil, cujos personagens principais eram o imperador d. Pedro I e a monarquia constitucional, ou seja, a configuração de governo que vigorava naquele momento. A Constituição outorgada pelo imperador era, para eles, como uma “*maravilhosa excellencia*”, uma conquista liberal, que deveria ser respeitada, por ter a *Monarchia Constitucional* proporcionado ao Brasil diversos benefícios, como “*o prontissimo e quasi espontaneo reconhecimento da nossa existencia Politica por todas as Potencias civilizadas*”⁴¹. E a “*Pessoa Inviolavel, e sagrada do Imperador*”⁴² foi o fundador da nação, como afirma em 1828 *O Censor Brasileiro*: um “*Jovem Fundador do império, inimigo por huma parte da arbitrariedade como quem as tinha soffrido, e da degradação dos que a*

⁴⁰ Sobre os projetos políticos de moderados e exaltados, ver BASILE, Marcello, *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: I.F.C.S. – U.F.R.J., 2004. Como influência principal das propostas *exaltadas*, ver ROUSSEAU, Jean-Jacques, *O Contrato Social*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

⁴¹ *O Censor Brasileiro*, n° 10, 06 /05/1828.

⁴² *O Censor Brasileiro*, n° 12, 13/05/1828.

soffrem, e obrigado por outra parte pela opinião dos Brasileiros, [...] não tivesse de motu proprio tornado em benções de liberdade”, a independência do Brasil.

2.1 D. Pedro I: a legitimidade do trono

O “*ambiente constitucional*” que empolgara d. Pedro a reconhecer a necessidade da convocação de uma Constituinte Brasileira em 1822, ano que “*foi absolutamente brasileiro*”, segundo Lustosa⁴³, não o acompanharia durante seu reinado como imperador constitucional. Cabe assinalar que a divisão da elite política brasileira em *elite coimbrã* e *elite brasiliense*, ainda na regência do Príncipe, daria início aos muitos conflitos entre as duas nacionalidades ao longo de seu reinado. A *elite coimbrã*, composta por homens formados pela Universidade de Coimbra, tinha como seu principal representante José Bonifácio, enquanto que a *elite brasiliense*, composta por homens formados ou não no Brasil, tinha por seu maior representante Joaquim Gonçalves Ledo, líder maçônico e redator do jornal *Revérbero Constitucional Fluminense*. Estas elites propunham projetos diferentes na Constituinte de 1823: a primeira defendia o voto indireto, a supremacia do Executivo em relação ao Legislativo e a centralização do poder; a segunda defendia a supremacia do Legislativo sobre o Executivo e certa descentralização do poder.

Com a outorga da Constituição “duplicadamente mais liberal”, instituindo o Poder Moderador, maior discrepância em relação ao Projeto da Constituinte, fica claro que os interesses de d. Pedro se aproximaram dos da *elite coimbrã*, aumentando as acusações de despotismo, associadas à administração de seu pai, enquanto rei absoluto. As rixas entre brasileiros e portugueses, para Gladys Ribeiro, foram acentuadas ao final de 1822, quando a nação brasileira procurou construir uma identidade própria e “*um outro discurso sobre Portugal e os portugueses*”⁴⁴. A imagem de Imperador e Defensor da Pátria legitimada nos manifestos de adesão à Independência, nos meses que se seguiram à Proclamação⁴⁵, foi sendo rapidamente denegrida por suas atitudes, consideradas arbitrarias e destituídas da participação dos cidadãos da nação, como a Constituição de 1824.

Nos anos seguintes, com reabertura do Parlamento e a revitalização da imprensa, a

⁴³ LUSTOSA, Isabel, *ob. cit.*, citações pp. 141 e 146.

⁴⁴ RIBEIRO, Gladys, *ob. cit.*, citação p. 59.

⁴⁵ SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho, *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831*. São Paulo: UNESP, 1999.

oposição passou a refletir as insatisfações com a administração imperial, com a crise econômica instaurada, com o favorecimento de Portugal nos negócios comerciais, bem como as desconfianças sobre a lealdade do imperador em relação à nação brasileira.

Movidos pelo amor à pátria, os *áulicos* não cessaram de interceder pelo seu imperante, que muitas dúvidas deixava quanto à sua “brasilidade”. O ano de 1827 foi decisivo para o reinado de d. Pedro. A morte da imperatriz d. Leopoldina, em dezembro de 1826, os escândalos do caso amoroso do imperador com Domitila de Castro, a insistência deste na Guerra da Cisplatina, que arrombava os cofres públicos, a instabilidade do governo, com as trocas constantes de ministérios, e principalmente a relação que mantinha com Portugal, mesmo depois da abdicação do trono luso, foram determinantes para a reação enérgica da oposição. Octavio Tarquínio, ao relatar esses fatos, afirma: “*D. Pedro continuava mal ajustado ao regime constitucional a despeito de tantas afirmações liberais*”⁴⁶. Em 1828, quando o Brasil ainda lutava na guerra, *O Censor Brasileiro* narra a Abertura da Sessão Legislativa daquele ano por d. Pedro, o qual, a seu ver, faz um discurso magnífico e bem ponderado. Este discurso reunia, segundo o jornal, “*os sagrados principios da justiça, da verdade, da sabedoria, e da mais apurada constitucionalidade; n’humra palavra; n’elle tudo em harmonia com a Magestada do Throno, e a Liberdade dos Subditos*”. D. Pedro reconhecia que o regime monárquico-constitucional ainda se consolidava no Brasil, e que dependia da boa administração, do “*arreigamento do Systema constitucional*” e da prosperidade da nação para seu trono ser glorioso. Quanto à guerra ainda em curso, o jornal considerava honrosa e liberal a forma como d. Pedro se exprimia sobre as negociações de paz com a República de Buenos Aires, ainda que tivesse que sustentá-la o quanto fosse necessário para derramar sobre os brasileiros “*as bençãos da prosperidade*”. Entretanto, o jornal acabaria em junho, antes mesmo do fim da guerra, a 28 de agosto de 1828, em que o Brasil e as Províncias Unidas do Prata reconheceram o Uruguai como uma nação independente.

Os anos que se seguiram seriam de grande apreensão política e acirrada oposição ao governo pelas facções liberal *moderada* e liberal *exaltada*, esta que atuou na imprensa de 1829 a 1834. Os *áulicos*, por sua vez, criticaram exaustivamente essas duas facções, procurando impor sua doutrina cívica. Na introdução d’*O Patriota Brasileiro*, o redator deixa claro que seu objetivo é “*concorrer para a felicidade dos seus semelhantes*” procurando os

⁴⁶ SOUZA, Otávio Tarquínio de, *História dos fundadores do Império do Brasil*. 10 vs. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957, citação v. III, p. 269.

“meios de tornar a sua existencia mais suave”, pela “doutrina santa , que o Legislador dos Christãos [...] buscou na terra inspirar aos homens”. Neste sentido, “o meio mais poderoso” seria “propagar a moral e a industria”. Dirige honras e vivas à nação brasileira, que, para ele, felizmente tinha “hum Defensor Perpetuo e Imperador Constitucional, que está á par das luzes do seculo”.

O Brasileiro Imparcial, publicado no mesmo ano que *O Patriota Brasileiro*, em 1830, defendeu com mais vigor o Imperador. Criticou os periódicos da oposição, que pretenderam deslegitimar o trono brasileiro, afirmando que a “a unica legitimidade recebida no Brasil he a da vontade nacional”, a qual aclamou unanimemente d. Pedro imperador do Brasil. Para tanto, inferiu que:

os povos do Brasil não fizeram mais do que exprimir seus desejos, e o amor que consagravam ao Sr. D. Pedro, então Principe Regente, e Elle annuo aos desejos dos povos, e como tinha o poder legitimo, na qualidade de Herdeiro, e Delegado de Seu Augusto Pai, acclamou nos campos da Piranga a independência, e constituiu o Brasil huma nação livre, segregando-a da Monarquia Portugueza, de que até então fazia parte.⁴⁷

Nesta citação, o jornal enfatiza que a legitimidade deste imperador não se deve somente à vontade dos brasileiros, mas também à herança do trono que era dele por direito. Este foi um tema frequente no *Imparcial*, pois consideravam que o poder que d. Pedro tinha sobre o Brasil havia sido transferido de seu pai e “porisso este deixou de ser legitimo Imperante deste paiz para o ser seu Filho⁴⁸”. Conservava grande respeito à Família Real, porque o rei d. João VI reconhecera a independência do Brasil; e também aos portugueses, os quais eram constantemente citados em seus números como “amigos do Brasil, da sua Independencia, e Constituição⁴⁹” e considerados um povo irmão. A emigração portuguesa foi protegida por esse jornal dos ataques de “papeluxos de meia folha”, que insistiam em acusá-los de inimigos. Neste sentido, procurou realçar os fatores positivos da emigração, como a necessária povoação do país por aqueles que promovessem a indústria, neste “quasi dezerto”. E, também propunha que se facilitassem a vinda de portugueses, “acabassem essas

⁴⁷ *O Brasileiro Imparcial*, n° 31, 17/04/1830.

⁴⁸ *O Brasileiro Imparcial*, n° 44, 01/06/1830.

⁴⁹ *O Brasileiro Imparcial*, n° 11, 06/02/1830.

prevenções desfavoráveis de alguns Brasileiros”, sendo até de extrema necessidade “*huma Lei de naturalização*”⁵⁰ para povoar o Brasil.

Ao longo de seus números, desenvolveu campanha em defesa da união dos povos do Brasil, ao mesmo tempo em que rebateu as doutrinas que promoveram o contrário. O ano de 1830 foi marcado pelas desconfianças da existência de um Gabinete Secreto, uma conspiração para recolonizar o Brasil, a qual retirou da convivência imperial o melhor amigo de d. Pedro, Francisco Gomes da Silva, o Chalaça.

Ao fim deste ano, a morte do redator Libero Badaró, em São Paulo, e a viagem de d. Pedro e d. Amélia à Minas Gerais foram fundamentais para estourar diversos movimentos, que levaram à Abdicação do Imperador. Para Gladys Ribeiro e Vantuil Pereira, neste ano as ruas deram a “*tônica dos acontecimentos*”⁵¹.

A *Sagrada Pessoa do Imperante* também foi defendida por um jornal áulico em meio aos turbulentos meses que antecederam a Abdicação, *O Novo Censor*. Ao criticar o segundo mais importante jornal exaltado do Rio de Janeiro, *O Republico*, chamou atenção para a inviolabilidade de *S. M. I.*, que sofria acusações petulantes da oposição. Segundo *O Novo Censor*, o “*scelerado*” *Republico* afirmou que o imperador era inviolável perante a lei e não perante a opinião pública, valendo-se mais da sua opinião do que da própria constituição. Acusou o jornal exaltado de ser um monstro o “*Mestre Arpia Mór*” do “*club dos acelerados*” e de querer “*tornar odiada a Sagrada Pessoa de S. M. I.*”⁵².

Já em março, no segundo mês de publicação d’*O Novo Censor*, o periódico dedica alguns números e até edições inteiras ao episódio das Noites das Garrafadas, que acontecera por aqueles dias. Estas edições chegam a ultrapassar o número de páginas normal da publicação, quatro em média, e chega a até 8 páginas sobre o acontecimento. Tendo o imperador viajado para Minas Gerais com a imperatriz no final de 1830, a sua volta, no alvorecer de 1831, seria marcada pelos enfrentamentos entre portugueses e brasileiros nas ruas da cidade, os primeiros para saudar d. Pedro, e os segundos à nação constitucional.

Enquanto festejavam a volta de d. Pedro ao Rio de Janeiro, os portugueses também entravam em conflito com brasileiros que não queriam saudar à chegada do imperador, iniciando-se então os confrontos populares. Segundo Lustosa, d. Pedro só conseguiu ir até o

⁵⁰ *O Brasileiro Imparcial*, n° 60, 27/07/1830.

⁵¹ PEREIRA, Vantuil, e RIBEIRO, Gladys Sabina, “O Primeiro Reinado em revisão”, in GRINBERG, Keila, e SALLES, Ricardo (org.), *O Brasil Imperial, volume I: 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

⁵² *O Novo Censor*, n° 4, 26/02/1831.

Paço para “*assistir a um Te Deum em ação de graças por seu regresso*” depois das agitações, a 17 de março. No dia seguinte, recebeu uma petição assinada por 24 representantes do poder Legislativo, dentre elas a do deputado Evaristo da Veiga e do senador Vergueiro, pedindo que o imperador punisse os agitadores das noites dos dias 13 e 14. Como resolução imediata, substituiu o Ministério por brasileiros natos, mandou soltar os brasileiros envolvidos com os tumultos e exigiu que o ministro responsável pela “*cidadela portuguesa*”, como chama **Ribeiro** a comunidade local dos portugueses, conclamasse a ordem por parte deles. Quando a *Aurora Fluminense*, jornal moderado, clama pela substituição dos Chefes de Estado e autoridades, como os ministros do governo e os presidentes de Província, chamando-os de *discolos e impopulares*, *O Novo Censor* sugere imediatamente que o “*anti-político Aurorista, levasse á S. M. I. e C. huma lista dos que devião ser Ministros, Presidentes, e Commandantes d’Armas*”, e ainda ironiza citando alguns possíveis nomes, como para ministro da Fazenda “*aquelle que Matta-tudo*” e para ministro dos Negócios Estrangeiros a “*Sra. D. Aurora*”⁵³. Muito debatidos pela imprensa, os acontecimentos foram considerados pelo *Novo Censor* como um “*tão sómente conflito de opiniões, passado á vista de huma cidade tão populoza*”, protestando contra os que se arrogaram representar a nação: “*Representantes da Nação em 17 de Março, fóra da Camara!!*”⁵⁴. Tal representação ainda é combatida como “*obra de Genios sanguinarios*”, chamando a atenção dos “*honrados brasileiros*” para que acordem para os efeitos possíveis de tal petição, ouvindo o “*Verdadeiro amante da Patria*”.

O Novo Censor arroga para si o exemplo do verdadeiro patriota, do não “*aventureiro*”. Assim, alegou que os sediciosos estavam caluniando ardilozamente para iludir os povos, e acusando ao “*Monarcha de proteger sedições*”. Tais agitadores eram os redatores do *Republico*, do *Tribuno do Povo* e da *Aurora Fluminense*, os quais foram atacados com os mais arrojados apelidos: “*Ingratos! Perfidos! Monstros*”, “*o façanhudo, assalariado Republico*”, “*Villissima Patifocracia*”, “*Crocodylos sedentos*”, dentre outros. Para *O Novo Censor*, “*O Republico e o Tribuno são dois pobres de espirito mui estupidos*”, estes que formavam o “*Clubs dos Patricidas federativos*”.

Tendo como pressuposto que esses escritores buscavam expor suas doutrinas, a análise desses ataques podiam nos levar a crer que essa imprensa inexperiente não seguia *regras civilizadas* para o debate público, como aponta José Murilo de Carvalho. Todavia, afirma este autor que, na concepção de retórica adotada pelos jornalistas oitocentistas, exigia-

⁵³ *O Novo Censor*, n°8, 16/03/1831.

⁵⁴ *O Novo Censor*, n°10, 23/03/1831.

se a virtude do orador para poderem sustentar seus argumentos. Neste sentido, esses ataques fazem parte do processo de persuasão e legitimação pública de suas doutrinas, e mais ainda da degradação das ideias e facções as quais se opõem. Os *áulicos*, portanto, utilizam-se do *argumentum ad personam*, que é a necessária *desqualificação do adversário* em prol do reconhecimento de suas virtudes na esfera pública de debates. Como homens formados pela Universidade de Coimbra, na qual a retórica ganhou bastante espaço após as reformas pombalinas baseadas na obra do frade Luís Antônio Verney, a elite brasileira seria diretamente influenciada por esse estilo. Carregado mais de brilho do que de suas verdades, os discursos políticos durante o Império estavam permeados de argumentos de autoridade, que eram as citações de autores estrangeiros, e dos argumentos *ad personam* e *ad hominem*, que eram respectivamente, o ataque à pessoa e o ataque aos argumentos defendidos por dada pessoa. Segundo José Murilo, as principais características da retórica são as constantes redundâncias e repetições dos argumentos, a relação entre a pessoa e os seus argumentos e a importância e particularidades do seu público. Como exemplo é válido citarmos uma passagem d'*O Novo Censor*, na qual narra os insultos proferidos pelos jornais de oposição durante o enterro do redator d'*O Brasileiro Imparcial*, Joaquim José da Silva Maia, falecido no dia dois de março de 1831, e chama a atenção dos brasileiros:

Insultavão aos que querião suspender o caixão, e atiravão-lhe com estalos, e foguetes da China, e com a mais desentoadada Ladainha de palavras indecentes, assim oravão pela alma do defunto. Ainda perpetrarão o mais horrendos (sic) crimes. [...] Eis-aqui, honrados Brasileiros. Os Liberalões Fluminenses! Que bella gente, para dentr'ella escolherem o Republico, e o Tribuno, hum Cacique para os governarem! Srs. Republico, Tribuno, Sra. Luz do inferno, Aurora da democracia e mais revolucionarios que estais de ordens aos affamados Robespierres, que posesteis no cathalogo dos vossos homens illustres, e Pais da Patria, cantai em verso e prosa, os altos feitos da vil gentalha, e vós, verdadeiros Brasileiros, sentenciái a Causa, e vede se he ou não urgente acresta desses assassinos dos vivos, e dos mortos. As armas Brasileiros! Não escuteis aos scelerados que vos ensinão a perjurar, dizendo-vos, que o juramento segue a razão do tempo.⁵⁵

⁵⁵ *O Novo Censor*, n° 6, 09/03/1831.

O Novo Brasileiro Imparcial, no único número a que temos acesso, só se refere à *S. M. I.* ao tratar da representação feita pelos deputados após as Noites das Garrafadas. Esta edição se restringe à comentar os “*acontecimentos das noites de 13 e 14 do corrente*”, mas indica que “*só vamos expender nossa opinião acerca do que temos lido, e que nos parece menos exacto, improprio, e até indecente; e isto mesmo muito de breve*” debatendo as asserções feitas pela *Aurora Fluminense* e pelo *O Novo Censor* sobre os tumultos daquele mês. Debates estes, que já foram analisados no primeiro capítulo.

3. O Sistema de Governo

A dissolução da Assembléia Constituinte, em 1823, e a outorga da nova Constituição em 1824, causaram um grande rebuliço, tanto na Corte imperial, como em todas as províncias da nação. Temendo perder sua autoridade frente ao poder Legislativo, o Imperador lançou mão de sua soberania e instituiu um novo projeto, nos moldes do anterior, porém “duplicadamente mais liberal”, como relata Tobias Monteiro. Classificadas como atos despóticos, as críticas na imprensa foram intensas.

A nova Constituição previa um quarto e novo poder, o Poder Moderador, que, segundo Lustosa, se deve ao apreço de d. Pedro às ideias de Benjamin Constant. O imperador acreditava que para o bom funcionamento do sistema de divisão de poderes era necessária a existência de um árbitro. A idéia desse Poder Real ou Neutro, pregado na França, era readaptá-lo para o Brasil. Aqui este poder seria uma espécie de mediador, podendo o imperador dissolver a Câmara dos Deputados e o Senado. Além disso, nomeava os ministros da Corte Suprema, do Tribunal da Relação, interferia nas Forças Armadas e na Igreja. Uma outra função deste poder foi citada pelo *Novo Censor*: “*Abater conspirações, he da attribuição do Poder Moderador*”.

Assim como o imperador, as instituições do Império também foram privadas de quaisquer críticas nos jornais *áulicos*, pois quem as fizesse estaria ultrapassando “*os limites de huma opposição rasoada , justa*”. No que concerne à legitimidade do poder do soberano e do sistema constitucional, *O Censor Brasileiro*, por exemplo, traz diversos termos em seu vocabulário que remetem à influência de um *Ser Supremo*, *Chefe Supremo* ou do *Criador*, como sendo por vontade “dele” tal sistema. O “anticonstitucionalismo” de alguns periódicos foi diretamente atacado por esse jornal, que admitia que se tratava de um “*Systema Constitucional, vacilante ainda pela pouca idade que conta no Brasil*”, mas que merecia maior atenção da imprensa. Segundo o jornal, para se estabelecer verdadeiramente esse sistema é preciso que cada interesse do povo, da aristocracia e do governo esteja “*integralmente representado*”⁵⁶, para não acontecer como na França, em que os interesses da nobreza e da aristocracia foram sacrificados, ou como na Inglaterra, em que a representação do povo foi sacrificada pela vantajosa representação da aristocracia.

Nos seus discursos, é possível observar que os *áulicos* podiam assumir posições

⁵⁶ *O Censor Brasileiro*, nº 5, 18/04/1828

contrárias aos membros das Câmaras, do Ministério, mas nunca fizeram nenhuma crítica contra o aparelho do estado. Quanto aos publicistas de outras correntes políticas, que criticavam os membros do Senado e o sistema tributário, *O Censor Brasileiro* no seu número 8 dirige uma “resposta” ao *Farol Paulistano* e à *Astréa*:

A ligeira idéa dos trabalhos da Assembléa Geral, publicada pelo Farol Paulistano, e reimpressa na Astréa n° 266, offerece dois objectos mui dignos de censura. O 1° he a accrimonia, e modo insidioso, com que falla da Camara Vitalicia[...] O 2° objecto he huma nota, em que apellando para os Budjets das Nações Constitucionaes, e fallando com hum ar de segurança, que raras as vezes inculca ignorancia, affirma o author da ligeira idéa, que o Brazil he a Nação mais tributada de quantas ha, e que paga duas vezes mais, que a Inglaterra, e a França, e que paga cinco vezes mais, que os Estados Unidos da America.⁵⁷

Partindo do pressuposto de que há um governo representativo e uma constituição, *O Censor* questiona como pôde tais jornais “*rebaixar a consideração, que deve ataviar aos olhos da Nação a Augusta Camara dos Senadores*”? E completa:

Quem ataca em frente, e em massa qualquer dos ramos do Poder Legislativo, dezeja destruir a Constituição do Império. Se nos não conformamos com a opinião de alguns Senadores, exercitemos o direito de censura, ataquemos nomeadamente, o que nos parecer menos bem em seus discursos. Mas affirmar, que as decisões do Senado são menos boas; diffamar, e abocanhar a camara toda; pertender chamar o odio do publico incauto sobre hum eminente Poder Constitucional: e menoscabar a esmo uma classe, que gosa da Superioridade Legal: eis ahi o que não julgamos em harmonia com o amor á Constituição. Os Senadores devem ser censurados individualmente[...] e a Camara dos Senadores acatada, e honrada.⁵⁸

⁵⁷ *O Censor Brasileiro*, n° 8, 29/04/1828.

⁵⁸ *O Censor Brasileiro*, n° 8, 29/04/1828.

A defesa do Senado implica a defesa do governo: “*n’hum Governo Constitucional só a lei tem influencia, tudo mais lhe he subordinado*”⁵⁹. Em edições seguintes o jornal faz menção à divisão do Corpo Legislativo Brasileiro, que considera ser “*essencialmente necessaria nos Governos Representativos*. Para tal afirmação, *O Censor* tomou como exemplo a França, a Espanha, Portugal e até mesmo o Brasil, para corroborar sua opinião quanto a permanência desse sistema, que: “*a experiencia do passado, verdadeira mestra do futuro, tem ensinado[...] os inconvenientes que offerece a instituição de huma só Camara, impossivel de sustentar-se [...]*”. O passado como exemplo para o futuro é uma das influências da teoria de Burke, a qual “*propunha manter o passado presente*”, mas não voltar a ele⁶⁰.

O Patriota Brasileiro, na sua única edição, comenta pouco a respeito do sistema de governo. Antes das anedotas que se encontram no final da folha, escreve um parágrafo sobre a Constituição, a qual “*só poderá bem prosperar, e fazer felizes os Brasileiros, quando todos nós nos convencermos, e pôrmos todo o nosso estudo e esmero em cumprirmos religiosamente os nossos deveres; começando desde o primeiro Representante, até o ultimo subdito da Nação Brasileira.*”. Faz ainda considerações a respeito da estrutura política vigente: “*Felizmente temos huma Constituição jurada [...] huma Assembléa Legislativa, em que o Brazil tem posto as suas bem fundadas esperanças.*”. Encerra a nota questionando e respondendo ao público leitor: *E o que mais nos falta? Cumprirem os Delegados da nação o seu dever. Deos os dirija; e prospere, e viva a Nação Brasileira!*”⁶¹

A defesa do *Generozo Principe*, d. Pedro I, pela adoção da “*melhor forma de governo que convém ao Brasil*” é o destaque da terceira edição d’*O Brasileiro Imparcial*, em que dá continuação ao discurso do número antecedente, que não faz parte do acervo da Biblioteca Nacional. Considerada a melhor forma de governo, justificada pelas outras opções, o periódico cita algumas nações já formadas analisando seus respectivos processos de independência e sistemas de governo. A legitimidade do constitucionalismo do Brasil estava principalmente no exemplo das ex-colônias espanholas. Democracia, absolutismo, república e federação eram palavras que podiam significar revolução, causavam medo e desconfiança em “*todos aquelles que tem perfeito conhecimento do estado actual deste paiz*”. O jornal atenta para o fato do Brasil estar sendo prejudicado pela proximidade dos vizinhos *Americanos Hespanhoes*, o que

⁵⁹ *O Censor Brasileiro*, n° 8, 29/04/1828.

⁶⁰ POCOCK, John, *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. p: Ep. 265

⁶¹ *O Patriota Brasileiro*, n° 1, 16/05/1830.

possivelmente estaria causando receio dos estrangeiros nos negócios com o país e demonstrando certa incredulidade da Constituição brasileira. Mas, o jornal logo identifica o motivo maior do medo dos negociantes nos portos brasileiros:

Donde podem ainda vir estes receios? Da indiscrição, ou má fé, de alguns escriptores do Brasil, que indiscretamente, ou de maldade premeditada, servem de vehiculo para semear a sizania, e inculção doutrinas subversivas, que ao longe fazem acreditar (e mesmo ao perto aos que não conhecem bem ao Brasil) que este paiz se acha convulsivo, e vacilante a Constituição do Imperio.⁶²

Para *O Brasileiro Imparcial*, a oposição era composta pelo que chamou de *facção democrática* e *partido absolutista*. O Brasil vivia um momento de propostas políticas em confronto, já que, desde a abertura do Parlamento em 1826, começaram a surgir grupos políticos contrários ao governo em vigor. Às vésperas da Abdicação de Pedro I, o jornal aparece nos debates políticos, na praça pública, para mostrar sua posição, descrita em seu próprio nome, imparcial. Entretanto, as formas de governo alternativas foram alvos da publicação, como na edição número 7, em que enfatiza que é uma ilusão acreditar nos representantes da democracia, em “*bellas theorias de alguns escriptores, ou instigados por occultos velhacos*”, pois que, “*pertendão arrastallos ás desgraças*”; bem como nas doutrinas absolutistas, em que “*os Reis por mais virtuosos e sabios estão sujeitos ás fraquesas da humanidade; seu espirito, e suas virtudes tem limites, em quanto que suas paixões os não podem ter, no exercicio de huma plena soberania absoluta*”. A discussão sobre a existência de partidos girava em torno das consequências que as posições mais radicais causavam, como a formação da opinião pública. Esta, por sua vez, é distinguida de opinião de partido para incorporar uma noção naturalizada na publicação, que é a de opinião pública como “*o voto da maioria da classe pensante de huma nação: he esta classe que dirige as outras, que pugna pelos seus interesses, e que de algum modo obra e pensa por ellas, como seus naturaes procuradores*;⁶³. Esta noção de opinião pública defendida pelo jornal corresponde ao que Marco Morel apontou em sua obra, no tocante à cultura política do oitocentos, na qual a soberania que impera é a da razão, a *soberania dos capazes*.

⁶² *O Brasileiro Imparcial*, n°3, 09/01/1830.

⁶³ *O Brasileiro Imparcial*, n° 1, 02/01/1830.

O projeto liberal *moderado* também defendia a *soberania dos capazes*, influenciados por Locke, Benjamim Constant e François Guizot. Defendiam um projeto político que rejeitava os preceitos de igualdade social e política, segundo Marcello Basile⁶⁴.

Segundo *O Brasileiro Imparcial*, “Governos democraticos são mui perigosos: he em nome da liberdade que se constituem, porém esta não tarda em formar armas contra si mesma”, indicando a inviabilidade das propostas liberais democráticas. Estas eram defendidas pelos jornais *exaltados*, que eram a favor de um regime republicano democrático⁶⁵. Mas nem por isso, como *O Brasileiro Imparcial* chama a atenção, deseja “louvar o absolutismo”, pois acredita que um só homem não é capaz de reunir sobre si todos os poderes, e que para tanto “seria necessario que elle fosse hum Deos”. A validade de sua opinião concentrava-se nas exposições que fazia sobre a história de outras nações: cita Cromwel, que, em nome da liberdade tornou-se o mais terrível dos reis, “tratando o povo com mais desprezo que nunca fizeram os Stuarts” na Inglaterra; a experiência de Veneza, que, após “gosar por algum tempo da **democracia**, passou a mais horrível **aristocracia**”. O uso de exemplos demonstrativos da ineficácia de tais formas de governo é uma estratégia de legitimação da sua proposta política para a nação brasileira:

Eis-aqui porque os mais illuminados Publicistas tem mostrado, que os Governos Monarquicos Representativos são os melhores para felicitar as nações: aqui ha a justa divisão dos poderes; esta divisão he o principio conservador dos direitos do cidadão, e o mais seguro meio de fazer effectivas as garantias que a Constituição offerece, diz a nossa Lei fundamental.⁶⁶

O Brasileiro Imparcial também procurou defender os ministros do governo, que sofriam com as acusações de serem absolutistas. Em resposta à oposição, o jornal afirma que, acima de tudo o imperador era constitucional e os ministros não haviam de ser absolutistas porque temiam castigos e a própria expulsão da máquina administrativa pelo monarca.

O governo absoluto foi radicalmente combatido por este jornal, que, tendo seu redator sofrido com a tirania do governo de d. Miguel em Portugal, não defenderia sequer uma nação que prosperasse com esse sistema. *O Brasileiro Imparcial* cita os acontecimentos de 1827 e

⁶⁴ BASILE, Marcello, *ob. cit.*, capítulo II.

⁶⁵ IDEM, *Ibidem*, capítulo VI.

⁶⁶ *O Brasileiro Imparcial*, nº 7, 23/01/1830.

1828 em Portugal, como os que representaram uma “*lição para mais odiarem o absolutismo*”. Em 1827, d. Miguel havia sido solto da prisão em Viena e recebido a regência de Portugal, mas em 1828 assumiria o trono luso como rei absoluto. É neste contexto que os redatores do jornal português *Imparcial* foram presos, “*a pretexto de republicanos*”, e Joaquim José da Silva Maia chamado de *revolucionario* em sua terra natal. Para bem demonstrar o caráter de d. Miguel, o periódico utiliza pronunciamentos no parlamento inglês em 1828 de alguns senhores, que, além de não gostarem de d. Miguel, também não apoiavam o seu casamento com a filha de d. Pedro: “*D. Miguel he hum perjuro, hum traidor, hum monstro, seria necessario longo tempo para o seguir em todos os passos de sua usurpação.*”; “*D. Miguel, este quebrantador de solemnes juramentos, este usurpador desleal, este escravizador da sua patria, este destruidor da Liberdade constitucional, este violador das Leis publicas [...]*”⁶⁷. A França também se pronuncia sobre os acontecimentos em Portugal, nas palavras do general Lafayette: “*He preciso pôr termo a usurpação do tyrano de Portugal, entretanto a França protestará sempre contra o horrivel expediente de entregar huma joven e innocente victima (a Rainha D. Maria 2^a) á brutalidade de D. Miguel.*”. Um periódico em Bruxellas questiona o apoio de parte dos ingleses ao enlace: “*Que pertende o Gabinete Britanico em querer que D. Pedro reconheça D. Miguel, e lhe dê sua Filha em cazamento? Insultar o Imperador do Brasil he preciso que o Gabinete Inglez tenha huma idea bem abjecta do que he amor paternal, do que he dignidade Real, e moral publica;*”. Tais colocações enfatizam a notória impopularidade de D. Miguel em Portugal, e *O Brasileiro Imparcial* conclui para o leitor: “*Tal he o monstro que opprime Portugal, e que nós fazemos relevante serviço em o desmascarar, lembrando-nos do que disse no Parlamento Britanico Mr. Huskisson – que tanto mais for conhecido este malvado, mais probabelidades terá o infeliz Portugal de livrar-se de sua horrivel dominação.*”⁶⁸

O periódico trata ainda de outras matérias, como a administração do Império, até mesmo reconhecendo a necessidade de reformas em tal setor, reformas internas no governo, administrativas e econômicas. Para isso, retomou a estrutura de Portugal antes da transferência da Corte para o Brasil em 1808: “*Diz o General Le Foi em suas memorias, publicadas a pouco, sobre a guerra da Peninsula, que Portugal he o paiz dos Dezembargadores; das Juntas que se não juntão; e dos Conselheiros que não dão Conselhos. Este pensamento he verdadeiro;*”. O periódico concorda com este general e acredita que esta estrutura foi trazida

⁶⁷ *O Brasileiro Imparcial*, n° 7, 23/01/1830.

⁶⁸ *O Brasileiro Imparcial*, n° 8, 26/01/1830.

para o Brasil pelos ministros de d. João 6º em 1808, “*sem consultarem as faculdades do novo paiz para onde vinhão estabelecer-se, [...]*” transplantando para o Brasil “*as velhas instituições do velho Portugal*”. Tais instituições seriam as causas de tantos prejuízos e abusos no *tempo do absolutismo*, e, depois da Independência, continuariam a estar presentes; e conclui: “*o deffeito não está nos Empregados, está no systema administrativo, e falta de execução das Leis*” referindo-se à falta de constitucionalismo nas instâncias de poder da nação⁶⁹. Dois números seguintes mostram “*os inveterados abusos, que ainda existem introduzidos pelo antigo regimen absoluto*” e a maneira de destruí-los, como a permanência da Intendencia Geral da Policia instaurada por d. João, depois de “*jurada e proclamada a Constituição*”, que foi considerada pelo jornal uma vergonha⁷⁰.

Procurando defender a Monarquia representativa brasileira, o jornal analisa outras monarquias representativas, como a da Inglaterra, da Holanda e da França. Reconhece que nessas nações os periódicos da oposição contribuem para a garantia das liberdades pátrias, na medida em que “*instruem o publico mostrando-lhe as verdadeiras vantagens daquelle regimen, e procurão por todos os meios legaes dar maior força moral ao Governo, identificando os interesses dos povos com os interesses daquelle*”, o que não acontece no Brasil. Segundo *O Brasileiro Imparcial*, os jornais da oposição daqui, “*pela impericia ou maldade de alguns Redactores exforção-se em fazerem perder a força moral ao Governo*”, não inspiram “*o mais profundo respeito ao Monarcha*” e ainda duvidam de sua legitimidade:

a acrimonia, e grossaria com que insultão a torto e a direito, produzem effeito contrario ao dos Periodicos da opposição na Europa; porque em lugar de angariarem sequases ao systema Constitucional, o tornão odioso aos menos instruidos e incautos; e por este meio indirecto recrutão para o absolutismo.⁷¹

O jornal *O Novo Censor*, ao criticar a oposição, deixa claro que preza a Constituição jurada. Para a defesa do sistema faz menção ao republicanismo e ao federalismo como rupturas dos “*vinculos Constitucionaes, que unem todas as Provincias*”.

⁶⁹ *O Brasileiro Imparcial*, n° 9, 30/01/1830.

⁷⁰ *O Brasileiro Imparcial*, n° 1, 03/02/1830.

⁷¹ *O Brasileiro Imparcial*, n° 34, 27/04/1830

Os republicanos são excessivamente criticados neste periódico, e são considerados assim: “*Sem Deos, sem Patria, sem Religião, sem costumes, nem ao menos sombra de probidade, os republicanos vão minando o Brasil em todas as suas Provincias.... Monstros! Pragas de malvados, que pezaes obre o genero humano! Infames de hum Coração estragado*”. Já os que defendem o federalismo são os “*sanguisedentos avaros monstros*”, que acreditaram que esse sistema pudesse ser implantado no Brasil. O jornal ainda chama atenção das famílias brasileiras para que “*serrem os ouvidos aos perigosos sons do flautista Tribuno*”. Este periódico era um dos mais radicais da imprensa exaltada, “de linguagem mais virulenta”, segundo Basile⁷². Como um sonho desses “*patricidas*”, *O Novo Censor* afirma sobre a “*huma federação imaginada, e nunca effectuada!*”.

Já *O Novo Brasileiro Imparcial* deseja protestar nos seus números apenas Constituição, sem “*dezañar o odio, nem a inimizade de alguém, por a publicação de nossas idéias.*”. O que podemos inferir sobre este periódico é que, ao clamar por “*Respeito ao Throno, Confiança no Governo, Amor ao Monarcha, firmeza de Character no Juramento que lhe prestamos e á Constituição*”, deseja manter ileso de qualquer crítica da imprensa a Monarquia constitucional brasileira, o imperador e manter “*repeitavel o Imperio de Santa Cruz*”.

O projeto *áulico* é baseado na Constituição outorgada em 1824, por d. Pedro I, a qual define que o Império do Brasil é uma nação livre, e independente; com o seu governo monárquico, hereditário, constitucional e representativo; tendo como representantes da nação, o imperador e a Assembléia Geral, esta composta por duas Câmaras, a dos Deputados e o Senado; a instituição do Poder Moderador como “chave de toda a organização política” nas mãos do imperador; e a determinação da existência de um Conselho de Estado, composto por conselheiros vitalícios, nomeados pelo imperador. São esses os principais artigos que os *áulicos* lançaram mão, a todo momento, para legitimar o governo imperial de d. Pedro I.

⁷² BASILE, Marcello, *ob. cit.*, capítulo V; citação: p. 135.

Conclusão

Com o surgimento de facções de oposição ao governo e à d. Pedro no Primeiro Reinado, surgem os *áulicos*, que pela imprensa procuraram difundir uma doutrina com princípios e valores marcados por um conservadorismo liberal. Conservar era a palavra de ordem dos *áulicos*, preservar as instituições e manter a tranquilidade dos povos, foram dois de seus maiores objetivos. Os jornais *áulicos* analisados partilharam de um mesmo projeto político de ação: a manutenção do sistema de governo vigente, tendo como seu maior representante o imperador d. Pedro I.

Como as facções liberal *moderada* e liberal *exaltada*, a imprensa *áulica* demonstrou também a heterogeneidade das propostas do grupo. Quando *O Novo Censor* critica *O Novo Brasileiro Imparcial* “*que nas infernaes cavernas fazem girar a roda da revolução, por entre os transtornos moraes e politicos, a dissolução da sociedade, perseguição de Religião, vilipendio da realeza, consternação dos Povos, e alluvião de malles, que opprimem a bemaventurada terra de Santa Cruz*”, mostra-se disposto a criticar até mesmo o jornal que preza Constituição, como foi demonstrado nos capítulos anteriores a respeito d’*O Novo Brasileiro Imparcial*, completando: “*Quer que o Novo Censor deixe de calmar oportuna, e importunamente, e apresenta-se a querer destruir quando queremos conservar!!*”. Neste sentido, podemos observar que não há uma unidade em termos de propostas, já que discutem entre si. Mas, com uma análise específica de cada jornal, não se pode negar que partilham da mesma ideia de conservação da estrutura vigente.

A tendência das publicações dos jornais *áulicos* analisados é a crítica às ideias *moderadas* e *exaltadas*, mas não deixam de apostar isoladamente, no seu modelo como único, em detrimento mesmo, de projetos afins. Não ficam de fora, logicamente, os insultos e ataques pessoais aos redatores de tais periódicos e aos argumentos endossados por eles. Também fazem parte do corpo desses jornais correspondências dos leitores, ora elogiando os artigos publicados, ora criticando-os. A utilização deste tipo de fonte procurou relacionar a influência do grupo *áulico* na formação de uma identidade política nacional vinculando-a a construção de opiniões públicas, que foram difundidas por meio desses jornais. Assim, cabe ressaltar que estes periódicos possuem dados, nunca antes estudados, acerca dos debates políticos que foram travados pelas elites intelectuais no Primeiro Reinado brasileiro, onde por meio de provocações e respostas discutiam e expunham o objetivo de suas publicações.

É certo que os *áulicos* buscavam a todo momento manter a ordem, a tranquilidade, de modo que os debates na imprensa seriam o ponto de partida para essa defesa. Se todos os brasileiros se unissem “*em hum só corpo, e em hum só espirito no Governo Constitucional*” e a oposição procurasse “*por todos os meios legais dar maior força moral ao Governo*”, como afirma *O Brasileiro Imparcial*, a liberdade de imprensa como “*meio mais poderoso de se pulirem os costumes*” promoveria “*todas aquellas virtudes, que constituem o Cidadão benemérito do Soberano, e da Patria*”. O que quer dizer que estão “*á par das luzes do século*”, como o imperador, defendendo todas as prerrogativas de um governo representativo constitucional e das liberdades alcançadas com este, mas com ressalvas ao abuso das liberdades patrias, que podem causar desordens, intrigas e desonrar a pátria e o soberano. Essas “luzes”, como bem analisa Lúcia Neves, foram “filtradas” tanto em Portugal como no Brasil gerando uma cultura política identificada como comum às duas nações, principalmente porque a influência da Igreja, grande em Portugal, foi responsável pela atenuação das idéias iluministas, tanto na Metrópole como na Colônia. As “Luzes mitigadas”, como diz a autora, é que originam esse pensamento político mais moderado da imprensa política do Brasil.

Os *áulicos* defenderam a manutenção de uma liberdade restrita em uma sociedade naturalmente desigual, baseada no pensamento de Edmund Burke, que definia: “*Através de uma política constitucional, operando segundo o padrão da natureza, recebemos, mantemos e transmitimos nossa propriedade e nossas vidas*”⁷³.

⁷³ BURKE, Edmund, *Reflexões sobre a revolução em França*.

VIII. FONTES E BIBLIOGRAFIA

➤ Fontes primárias

- *O Novo Brasileiro Imparcial*. 24/3/1831. 3 n^{os} (faltam 2). Redator: desconhecido.
- *O Novo Censor. Jornal Analytico*. 5/2/ a 30/3/1831. 11 n^{os} (falta 1). Redator: desconhecido.
- *O Brasileiro Imparcial*. 2/1 a 28/12/1830. Redator: Joaquim José da Silva Maia.
- *O Censor Brasileiro*. 4/4 a 27/6/1828. Redator: desconhecido.
- *O Patriota Brasileiro*. 16/5/1830. Redator: desconhecido.

➤ Bibliografia básica

- BASILE, Marcello, *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: I.F.C.S. – U.F.R.J., 2004.
- BASILE, Marcello, “Luzes a quem está nas trevas: a linguagem política radical no primórdios do Império”, in *Revista Topoi*.
- BURKE, Edmund, *Reflexões sobre a revolução em França*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2^a ed., 1997.
- CARVALHO, José Murilo de, “Cidadania: tipos e percursos”, in *Estudos históricos*, v. 9 - n^o 18 – *justiça e cidadania*. Rio de Janeiro: CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- CARVALHO, José Murilo de, *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.
- CARVALHO, José Murilo de, *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais / Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.
- CARVALHO, José Murilo de, “História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura”, in: *Topoi: revista de história*, n^o 1. Rio de Janeiro: 7 Letras, setembro de 2000.
- CONTIER, Arnaldo, *Imprensa e ideologia em São Paulo (1822-1842)*. Petrópolis: Vozes / UNICAMP, 1979.
- CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da, “A Fundação de um Império Liberal: discussão de princípios.”, in HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.), e CAMPOS, Pedro Moacyr (assist.), *História geral da civilização brasileira, t.II- O Brasil monárquico, 1^o v.- O Processo de emancipação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

- DIAS, Maria Odila Silva, “A interiorização da metrópole (1808-1853)”, in MOTA, Carlos Guilherme (org.), *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 2ª ed., 1986.
- JASMIN, Marcelo Gantus, e JUNIOR, João Feres (org.), *História dos Conceitos: Debates e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Edições Loyola: IUPERJ, 2006.
- LOCKE, John, *Segundo tratado sobre o governo civil – e outros escritos: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- LUSTOSA, Isabel, *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das letras, 2000.
- MONTEIRO, Tobias do Rêgo, *História do Império: o 1º Reinado*. 2 vs. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP, 2º ed., 1982.
- MOREL, Marco, *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: HUCITEC, 2005.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das, *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan / FAPERJ, 2003.
- POCOCK, John, *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- RIBEIRO, Gladys Sabina, *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará / FAPERJ, 2003.
- PEREIRA, Vantuil, e RIBEIRO, Gladys Sabina, “O Primeiro Reinado em revisão”, in GRINBERG, Keila, e SALLES, Ricardo (org.), *O Brasil Imperial, volume I: 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Semanário Cívico: Bahia, 1821-1823*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho, *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831*. São Paulo: UNESP, 1999.